

Sandra Mara Gosenheimer

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DOS CONSELHOS DE CLASSE
PARTICIPATIVOS E SEUS ESTRANHAMENTOS
NO CONTEXTO ESCOLAR**

Passo Fundo

2024

Sandra Mara Gosenheimer

**GESTÃO DEMOCRÁTICA: DESAFIOS E
POSSIBILIDADES DOS CONSELHOS DE CLASSE
PARTICIPATIVOS E SEUS ESTRANHAMENTOS
NO CONTEXTO ESCOLAR**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial para obtenção do título de mestre em EDUCAÇÃO, sob a orientação do professor Dr. Telmo Marcon.

Passo Fundo

2024

CIP – Catalogação na Publicação

- G676g Gosenheimer, Sandra Mara
Gestão democrática [recurso eletrônico] : desafios e possibilidades dos conselhos de classe participativos e seus estranhamentos no contexto escolar / Vera Sandra Mara Gosenheimer. – 2024.
950 kB ; PDF.
- Orientador: Prof. Dr. Telmo Marcon.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade de Passo Fundo, 2024.
1. Educação. 2. Escolas - Organização e administração.
3. Conselho de classe. 4. Democracia e educação.
I. Marcon, Telmo, orientador. II. Título.
- CDU: 37.014.53

Sandra Mara Gosenheimer

Gestão democrática: desafios e possibilidades dos Conselhos
de Classe Participativos e seus estranhamentos no contexto
escolar

A banca examinadora abaixo, APROVA em 06 de Setembro de 2024, a Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Passo Fundo, como requisito parcial de exigência para obtenção de grau de Mestre em Educação, na linha de pesquisa Políticas Educacionais.

Dr. Telmo Marcon - Orientador
Universidade de Passo Fundo - UPF

Dr. Jerônimo Sartori
Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS/Campus Erechim

Dra. Luciane Spanhol Bordignon
Universidade de Passo Fundo - UPF

AGRADECIMENTOS

Foi preciso muito esforço, determinação, paciência, perseverança, ousadia e maleabilidade para chegar até aqui, e eu não conseguiria sozinha, muitas são as pessoas que merecem destaque nesta página tão especial.

Agradeço ao Senhor Deus, que me iluminou nesse processo, autor e consumidor da nossa fé, que sempre esteve presente em todas as etapas deste trabalho.

Aos meus pais, que mesmo distantes, sempre me incentivaram e apoiaram nos estudos.

Aos colegas, alunos, professores e gestores das Escolas Estaduais da Regional de Concórdia pelos documentos disponibilizados para estudo e análise, a fim de contribuir para construção de uma escola mais participativa e democrática.

Aos professores desta banca, por terem aceitado este compromisso e por serem também exemplo de profissionais da educação.

Ao Professor Dr. Telmo, que partilhou comigo suas experiências de educador para que minha formação tivesse um olhar crítico e construtivo, a você o meu carinho e meu agradecimento.

Dedico esta dissertação à minha família, sempre presente e prestativa, em especial, ao meu marido João, meu filho Samuel e nora Tamires, amorosos, cúmplices e solidários nos momentos de alegrias, tristezas e reflexões, dando-me apoio para prosseguir.

“Ao pensar sobre o dever que tenho, como professor, de respeitar a dignidade do educando, sua autonomia, sua identidade em processo, devo pensar também, em como ter uma prática educativa em que aquele respeito, que sei ter ao educando, se realize em lugar de ser negado. Isso exige de mim uma reflexão crítica permanente sobre a minha prática através da qual vou fazendo a avaliação do meu próprio fazer com os educandos”.

Paulo Freire

RESUMO

A presente dissertação foi desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Instituto de Humanidades, Ciências, Educação e Criatividade, da Universidade de Passo Fundo (IHCEC/UPF), na linha de Políticas Educacionais. Seu objeto de estudo é a Gestão Democrática, os desafios e possibilidades do Conselho de Classe Participativo, bem como e seus estranhamentos no contexto escolar, em sua relação com a avaliação do processo ensino e aprendizagem. A pesquisa foi realizada tomando por base uma abordagem qualitativa, mediante o procedimento de análise documental em três escolas públicas estaduais da Coordenadoria Regional de Educação de Concórdia-SC. O objetivo geral da pesquisa consistiu em analisar o Conselho de Classe Participativo e sua relação com a avaliação e a gestão democrática. A dissertação foi organizada e estruturada em cinco capítulos. O primeiro trata das considerações introdutórias. O segundo, intitulado *Democracia nas escolas públicas*, aborda a importância da participação democrática nas escolas e o papel do diretor na gestão das dimensões Administrativa, Física, Financeira e Pedagógica. Para o desenvolvimento desse capítulo recorreu-se a autores como Ângela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Juan Enrique Díaz Bordenave, Cipriano Carlos Luckesi, Vitor Henrique Paro, José Carlos Libâneo e outros. O terceiro capítulo, denominado *Conselho de Classe Participativo: espaço democrático de estranhamentos no contexto escolar*, analisa o Conselho de Classe e apoia-se numa pesquisa documental com base na legislação relativa à avaliação das escolas públicas estaduais catarinenses. Nele são analisados o Projeto Político Pedagógico (PPP) e as teorias e práticas democráticas que norteiam a instância do Conselho de Classe Participativo (CCP). O quarto capítulo, intitulado *Análise de gestão democrática no Conselho de Classe participativo das escolas pesquisadas*, tem como foco o Conselho de Classe Participativo e a avaliação nas escolas pesquisadas, bem como sua importância no ensino e na aprendizagem. O capítulo quinto englobou as *Considerações finais*. A partir da pesquisa realizada concluiu-se que a gestão democrática se materializa nas escolas e os documentos analisados indicam práticas e mecanismos que ressaltam a relevância da participação e do diálogo com a representatividade de todos os segmentos da instituição no intuito de deliberar soluções-problemas. Constatou-se a corresponsabilidade de todos em contribuir para que a escola cumpra sua função social, bem como seu papel na avaliação escolar e a sua importância no processo de ensino e aprendizagem. Por fim, sinalizou-se a relevância de a gestão democrática alicerçar-se em políticas de Estado, cuja continuidade seja marcada pela participação, diálogo, tomada de decisão coletiva e aprendizado permanente de quem dela participa.

Palavras-chave: Gestão Democrática. Conselho de Classe Participativo. Ensino e Aprendizagem. Comunidade escolar.

ABSTRACT

This dissertation was developed within the scope of the Postgraduate Program in Education, of the Institute of Humanities, Sciences, Education and Creativity, of the University of Passo Fundo (IHCEC/UPF), in the line of Educational Policies. Its object of study is Democratic Management, the challenges and possibilities of the Participatory Class Council, as well as its strangeness in the school context in its relationship, with the evaluation of the teaching and learning process. The research was carried out based on a qualitative approach, through the document analysis procedure in three state public schools of the Regional Education Coordination of Concórdia-SC. The general objective of the research was to analyze the Participatory Class Council and its relationship with evaluation and democratic management. The dissertation was organized and structured into five chapters. The first deals with introductory considerations. The second, entitled Democracy in public schools, addresses the importance of democratic participation in schools and the role of the principal in managing the Administrative, Physical, Financial and Pedagogical dimensions. To develop this chapter, authors such as Angela Imaculada Loureiro de Freitas Dalben, Juan Enrique Díaz Bordenave, Cipriano Carlos Luckesi, Vitor Henrique Paro, José Carlos Libâneo and others were used. The third chapter, called Participatory Class Council: democratic space for estrangement in the school context, analyzes the Class Council and is based on documentary research based on legislation relating to the evaluation of state public schools in Santa Catarina. It analyzes the Political Pedagogical Project (PPP) and the democratic theories and practices that guide the instance of the Participatory Class Council (CCP). The fourth chapter, entitled Analysis of democratic management in the participatory Class Council of the researched schools, focuses on the Participatory Class Council and evaluation in the researched schools, as well as its importance in teaching and learning. The fifth chapter encompassed Final Considerations. From the research carried out, it was concluded that democratic management materializes in schools and the documents analyzed indicate practices and mechanisms that highlight the relevance of participation and dialogue with the representation of all segments of the institution in order to deliberate problem solutions. Everyone's co-responsibility was noted in contributing to the school fulfilling its social function, as well as its role in school evaluation and its importance in the teaching and learning process. Finally, the relevance of democratic management being based on State policies was highlighted, the continuity of which is marked by participation, dialogue, collective decision-making and permanent learning for those who participate in it.

Keywords: Democratic Management. Participatory Class Council. Teaching and Learning. School community.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APP - Associação de Pais e Professores
BNCC - Base Nacional Comum Curricular
CBTC - Currículo Base do Território Catarinense
CC - Conselho de Classe
CCP - Conselho de Classe Participativo
CDE - Conselho Deliberativo Escolar
CEE - Conselho Estadual de Educação
CEJA - Centro de Educação de Jovens e Adultos
CPESC - Cartão de Pagamento do Estado de Santa Catarina
CRE - Coordenadoria Regional de Educação
CNPJ - Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
PDDE - Programa Dinheiro Direto na Escola
PEE - Plano Estadual de Educação
PGE - Plano de Gestão Escolar
PNEM - Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio
PNE - Plano Nacional de Educação
PEE/SC- Plano Estadual de Educação de Santa Catarina
PPP - Projeto Político-pedagógico
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina
UPF - Universidade de Passo Fundo
SAEB - Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica
SC - Santa Catarina
SED/SC – Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA	19
2.1 Gestão escolar democrática	19
2.2 Gestão democrática e eleição de diretores nas escolas estaduais de Santa Catarina .	23
2.3 Gestão democrática e as instâncias colegiadas.....	30
<i>2.3.1 Associação de pais e professores (APP)</i>	<i>32</i>
<i>2.3.2 Conselho deliberativo escolar</i>	<i>32</i>
<i>2.3.3 Grêmio Estudantil.....</i>	<i>35</i>
<i>2.3.4 Conselho de Classe Escolar</i>	<i>36</i>
3 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE ESTRANHAMENTOS?	40
3.1 Base legal do Conselho de Classe	40
3.2 Conselho de Classe Participativo e sua relação com a avaliação escolar	44
3.3 Caracterização das escolas pesquisadas	48
<i>3.3.1 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “A”</i>	<i>49</i>
<i>3.3.2 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “B”</i>	<i>51</i>
<i>3.3.3 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “C”</i>	<i>53</i>
4 ANÁLISE DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO DAS ESCOLAS PESQUISADAS	56
4.1 Análise documental e a avaliação nas escolas pesquisadas.....	56
4.2 Planejamento e sua importância no ensino e aprendizagem na escola “C”	61
4.3 Conselho de Classe Participativo e a avaliação na escola “C”	68
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

A presente dissertação busca participar e contribuir para o debate e discussão reflexiva e criticamente por meio da pesquisa bibliográfica com análise de conceitos da gestão democrática no contexto escolar, o conselho de classe participativo e as políticas públicas.

“O Conselho de Classe é um órgão colegiado em que atuam os professores das diversas disciplinas, juntamente com a equipe pedagógica da escola. Neste colegiado, os participantes refletem sobre o desempenho dos alunos das turmas, séries ou ciclos, assim como avaliam as ações individuais e coletivas” (Dalben, 2004, p.31).

Considero esse tema de extrema necessidade, uma vez que o conselho de classe é um momento em que a gestão escolar precisa de modo coletivo buscar a participação de todos os segmentos da escola pais, alunos, professores e equipe pedagógica para desenvolver um processo de reflexão crítica que lhes possibilitem perceber as influências de seu contexto sociocultural e questionar as visões tácitas do mundo.

Sendo assim, a pesquisa será documental com análise de três escolas públicas estaduais da Coordenadoria Regional de Concórdia/SC que envolvem a autonomia e participação democrática da comunidade escolar no Conselho de Classe. O objetivo geral é analisar o Conselho de Classe Participativo, sua relação com a avaliação e a gestão democrática. Os objetivos específicos deste trabalho incluem: pesquisar os princípios da gestão democrática e a participação dos segmentos na escola; diagnosticar a partir dos Projetos Político Pedagógico das escolas como acontece o Conselho de Classe Participativo e a participação da comunidade nesta atividade, análise do Conselho de Classe Participativo e avaliação como partícipe de uma das escolas e a importância do planejamento no ensino aprendizagem. Enfim, como o conselho de classe pode ser um (o) caminho para melhorar a qualidade e equidade no ensino, respeitando as individualidades e as heterogeneidades da comunidade escolar.

O tema proposto neste trabalho é fruto de inquietações e vários questionamentos sobre como, para quê e o quê os professores discutiam nos momentos destinados à democracia dos alunos ainda na condição de aluna na escola, momentos que, ainda como aluna, não éramos convidados a participar. Um segundo olhar foi já como professora efetiva na rede estadual do estado de Santa Catarina e da rede municipal da educação, percebi que, apesar das políticas públicas tratarem da gestão democrática, os momentos

ainda não tinham a participação efetiva de alunos e a resistência da pessoa na gestão à participação ainda acontecia.

Enfim, no ano de 2011, fui convidada a assumir o cargo de diretora indicada pela Coordenadoria de Educação Regional de Concórdia e, nesta escola, fiquei como diretora por cinco anos. Durante aquele período, cursei a especialização em Coordenação Pedagógica, em que o estudo foi voltado à participação democrática dos alunos nos momentos de conselho de classe da escola com o título de *Conselho de Classe: Reflexão do Processo Ensino e Aprendizagem*.

A decisão pela realização do estudo do tema *Gestão Democrática e Conselho de Classe* partiu da inquietação desde o ingresso na carreira do magistério, as vivências diárias e a forma de realização desses momentos contribuíram para a decisão por este estudo com o objetivo de examinar o funcionamento dos Conselhos de Classe realizados em outras escolas.

O Conselho de Classe nas escolas é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 (Brasil, 1996), Art. 30: “O Conselho de Classe é um órgão colegiado de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada classe, tendo por objetivo avaliar o processo ensino- aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso”. Na Resolução n.º 23/2000 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e pelas Diretrizes para a Organização da Prática Escolar na Educação Básica/2000 da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto estabelecem as diretrizes para a avaliação do processo ensino e aprendizagem e a possibilidade do Conselho de Classe ser participativo.

Nessa direção, tomo como ponto de início para a discussão a gestão democrática do ensino público, que na forma da lei, é um direito garantido pela Constituição Federal Brasileira de 1988. A lei que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 estabeleceu, em seu art. 9º, a obrigatoriedade de estados, Distrito Federal e municípios aprovarem leis específicas, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos seus sistemas de ensino.

No estado de Santa Catarina, a gestão democrática acontece com a eleição de diretores nas escolas estaduais conforme legislação própria e os Decretos nº 1.794, de 15 de outubro de 2013, e Decreto nº 243, de 1º de julho de 2015, que dispõem sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino em todos os níveis e modalidades.

Em 2016, novamente, fui convidada para exercer o cargo de diretora em Unidade

Escolar no interior do município de Concórdia, pois a candidata que apresentou seu Plano de Gestão não havia recebido votos necessários para ser eleita. Esse desafio proposto foi exercido até o ano 2023, período em que participei em dois processos de escolha democrática para diretores, que aconteceram na escola com eleições conforme edital divulgado pela Secretaria da Educação Estadual no ano de 2016 e 2019, em que o Plano de Gestão apresentado na comunidade escolar foi aprovado.

Para produzir o Plano de Gestão Escolar para o período de 4 (quatro) anos, o candidato a diretor na unidade escolar deve preencher alguns requisitos, de acordo com edital próprio elaborado pela Secretaria do Estado e Educação (SED): ser professor, especialista em assuntos educacionais ou assistente técnico-pedagógico, efetivo do Quadro do Magistério Público estadual; optar expressamente pelo regime de dedicação exclusiva, a ser ratificado no Termo de Compromisso de Gestão de que trata o § 2º do art. 11 deste Decreto, para ocupar a Função Gratificada de Diretor de Escola; dispor de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de dedicação à escola; comprovar a conclusão ou a matrícula em curso de formação continuada em gestão escolar, de, no mínimo, 200 (duzentas) horas, construir um Plano que deverá explicitar metas que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante da Educação Básica e Profissional.

A partir da eleição, compete à direção da unidade escolar gerenciar o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais, definidos no Plano Político Pedagógico e no Plano de Gestão Escolar e demais diretrizes e normas estabelecidas para a Educação Básica. A Secretaria de Educação Estadual aplica, anualmente, a avaliação da gestão escolar, a ferramenta é um processo que considera indicadores externos e internos que podem sinalizar à gestão escolar os avanços e dificuldades de um período, essa avaliação é realizada com representantes de todos os segmentos da escola (alunos, pais, professores e diretor avaliado) e comissão com integrantes da Coordenadoria Regional de Educação.

Os resultados da avaliação são apresentados aos órgãos colegiados e ao diretor, servindo como um meio fundamental para análise de (re)planejamento, tomada de decisão e gestão dos processos escolares, possibilitando intervenções pedagógicas comprometidas com a aprendizagem dos estudantes.

A reflexão parte do princípio de que a escola com gestão democrática e a participação de todos os segmentos em seus planejamentos como espaço social, educativo,

só terá sentido a partir do momento em que centrar seus objetivos na prática.

No entanto, já no ano de 2022, com rotinas de planejamentos, com publicações de decretos e portarias como todos os anos acontece dentro da educação e a escola em andamento, no mês de maio, eu tive conhecimento do edital para cursar o mestrado na UPF (Universidade de Passo Fundo), fui aprovada, sendo que o meu objetivo foi dar continuidade ao projeto de estudo iniciado na especialização realizada na UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), questões que foram se complexificando com a atuação profissional em escolas.

É primordial compreender a importância dos Conselhos de Classe Participativo (CCP) e como é organizado o trabalho pedagógico nas escolas da educação básica aliados ao processo democrático e de qualidade de ensino para o êxito e ou fracasso escolar. Ao longo do processo, devemos ter em mente que a democracia é um processo em permanente construção, sendo que, como diretora há vários anos, percebo ainda a não participação democrática em todas as dimensões da comunidade escolar. Sobre esse assunto Gadotti (1994, p. 2) afirma:

A gestão democrática da escola implica que a comunidade, os usuários da escola, sejam os seus dirigentes e gestores e não apenas os seus fiscalizadores ou meros receptores dos serviços educacionais. Na gestão democrática pais, alunos, professores e funcionários assumem sua parte de responsabilidade pelo projeto da escola.

A falta de participação evidencia a complexidade da efetivação da gestão democrática da escola pública e suscita algumas reflexões e questionamentos: Quais são os princípios que fundamentam a democratização da gestão da escola pública? Quais as convergências que existem entre o contexto social mais amplo, a finalidade da escola, a gestão da educação (o sistema, o todo) e a gestão da escola (a parte)? O que fundamenta a gestão democrática? Qual é a função do diretor escolar na gestão da escola? Quais são os elementos/aspectos que favorecem e quais os que obstaculizam processos participativos e/ou democráticos na gestão escolar? A escola democrática é o caminho para uma escola para todos?

Com a experiência exercida na gestão escolar, percebi que os momentos do Conselho de Classe Participativo são pouco aproveitados para estudo e reflexão sobre o fazer pedagógico, e tal constatação provocou ainda mais o meu interesse em investigar o tema em foco. Essa vivência me fez buscar, na literatura, embasamento sobre essa instância. Não me surpreendi ao constatar que pouco há de escrito a respeito do Conselho

de Classe, que é parte constitutiva mais da legislação educacional do que da reflexão pedagógica, portanto, de pesquisa. Essa constatação e minha experiência profissional foram os eixos motivadores da presente pesquisa. A metodologia da pesquisa inclui revisão bibliográfica; pesquisa documental, que é uma técnica de pesquisa qualitativa responsável por coletar e selecionar informações por meio da leitura de documentos, a busca de informação deve ser criteriosa e sistemática, exigindo tempo, maturação, reflexão, trabalho para adquirir conteúdo (a pré-análise), organização do material e análise dos dados coletados.

Com base na definição da pesquisa documental, considero pesquisa como a criação de um corpo de conhecimento consistente, que tenha plausibilidade e conhecimento histórico por meio de análise e percepções constituindo uma necessidade. Geralmente, os documentos pesquisados nas políticas públicas são leis, resoluções, decretos e portarias, para a pesquisa que desta dissertação, terá análise de documentos disponíveis em instituição de ensino, que são documentos escolares como o “Projeto Político Pedagógico” (PPP) da escola.

Para o andamento da pesquisa, primeiramente, é necessário descrever o problema que, geralmente, tem interpretações subjetivas como sensações, pensamentos, opiniões, sentimentos e percepções. Assim sendo, nesse processo de pesquisa acadêmica, não se busca números para compor o resultado efetivo, mas a compreensão de uma trajetória que levou o problema do trabalho a ser pesquisado, no caso em questão “como acontece o Conselho de Classe Participativo nas escolas, a participação dos segmentos e sua relação com avaliação” e a gestão democrática.

Com base nesses pressupostos e com o objetivo de responder às questões apresentadas, a pesquisa de dissertação foi organizada e está estruturada em cinco capítulos: o primeiro, constitui-se dessa introdução. O segundo: *Democracia nas escolas públicas*, terá como subtítulos a importância da participação democrática nas escolas e o papel do diretor na gestão das dimensões Administrativa, Física, Financeira e Pedagógica. Inicialmente, serão apresentadas contribuições teóricas de autores que analisam a gestão democrática, a eleição de diretores e outros meios que contribuem para o fortalecimento dessa perspectiva de gestão no contexto estadual.

Neste sentido, a pesquisa será bibliográfica, por meio de livros e artigos relacionados ao tema, com vistas a identificar a condução e aplicação da democracia na escola, verificando possibilidades de diferenciação no ato prático desse espaço para auxiliar na compreensão da eficácia das atribuições que é inerente ao diretor de escola, focando

com maior destaque nos objetivos de aprendizagem. Serão destacados autores que pesquisam a temática, entre os quais: Bordenave: *O que é participação* (1998); Dalben: *O Papel dos Conselhos de Classe no Processo Avaliativo* (2014); Dalben: *Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola* (2004); Paro: *Gestão Democrática da Escola Pública* (2007); Libâneo: *Organização e gestão escolar: teoria e práticas* (2004); Luckesi: *Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico* (2011); Luckesi: *Avaliação da Aprendizagem Escolar estudos e proposições* (2011) e outros.

Nesse contexto, buscamos nos documentos uma gestão democrática, que favoreça a participação da comunidade escolar nas diferentes dimensões com diálogos no fazer pedagógico, na avaliação, podendo assim, traçar, quando necessário, novos caminhos que expressem o compromisso e a qualidade do trabalho escolar.

O terceiro capítulo: *Conselho de Classe Participativo: espaço democrático de estranhamentos no contexto escolar*, analisa o Conselho de Classe com base na legislação e sua relação com a avaliação nas escolas públicas estaduais. Em continuidade, há uma pesquisa **documental** com caracterização institucional e estratégias adotadas no Conselho de Classe Participativo (CCP) de três escolas públicas estaduais pertencentes a 6ª Coordenadoria Regional de Educação de Concórdia do Estado de Santa Catarina com análise **documental**, do Projeto Político Pedagógico (PPP), suas teorias e práticas democráticas que norteiam a instância do CCP. A Escola “A” está localizada em zona rural, trata-se de uma Escola com Ensino Fundamental Anos Iniciais, Anos Finais e Ensino Médio com turno matutino e vespertino, com um total de 135 alunos. A Escola “B” situa-se na área urbana, sendo uma escola que oferta Ensino Médio com três turnos, matutino, vespertino e noturno, com um total de 894 alunos. A Escola “C” também localizada no meio urbano, é uma Escola com Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais com turno matutino, vespertino e noturno, com um total de 571 alunos.

Nessa perspectiva, quando ocorre a construção do Projeto Político Pedagógico, é necessário observar a qualidade do ensino; a concepção de ser humano que a escola anseia formar; a meta que a escola pretende atingir tendo como princípio o conhecimento; se ele contempla uma proposta de gestão democrática; se os objetivos contemplam a proposta curricular articulada em seus termos; se a avaliação do aproveitamento do aluno é contínua, processual e diagnóstica, mediante verificação de aspectos qualitativos sobre os quantitativos; se acontece a recuperação paralela; se existem projetos que viabilizam

momentos para a formação continuada dos segmentos escolares e que contemple a melhoria do ambiente, pois, segundo Pimenta (2013, p. 79), “o projeto político pedagógico resulta da construção coletiva dos atores da Educação Escolar”.

O quarto capítulo tem como foco o Conselho de Classe Participativo e a avaliação nas escolas pesquisadas A,B e C, sua importância no ensino e aprendizagem, bem como avaliar os programas educacionais, explorar a experiência dos estudantes, compreender as dinâmicas realizadas nos momentos de CCP e, conseqüentemente, na escola “C” pesquisada, com os profissionais da educação salientar como se preparam para esse momento pedagógico e as contribuições para a avaliação do processo ensino e aprendizagem dos alunos, re(elaboração dos momentos de Conselho de Classe Participativo e identificação de possíveis fatores que afetam o desempenho acadêmico com foco na gestão democrática.

Nessa concepção, o Conselho de Classe Participativo, no interior das escolas, deve mostrar-se eminente, com normas instituídas pela comunidade escolar no PPP, em que, por lei, é necessário estar bem claro como ocorre a avaliação do processo ensino e aprendizagem. O Conselho de Classe é instância deliberativa integrante da estrutura da escola e tem sob sua responsabilidade a avaliação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pelo estabelecimento de ensino e a proposição de ações para a sua melhoria na qualidade e equidade.

O quinto capítulo constitui-se das *Considerações Finais*, em que busquei dar conta dos desafios propostos, realizar análise e reflexão de dados coletados na pesquisa, de elementos que as escolas experienciam, dos desafios enfrentados e as possibilidades de práticas inovadoras para que a escola seja participativa e democrática.

2 GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA

A Constituição brasileira de 1988 no artigo 205 assinala que a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). O artigo 206, no inciso VI, trata da “gestão democrática do ensino público, na forma da lei”, sendo que esses princípios se desdobram nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios. Assim, desde 1988, a gestão democrática escolar é uma exigência constitucional.

É fundamental, ao iniciarmos a discussão sobre democracia nas escolas, que esclareçamos o sentido dos conceitos de gestão democrática, cidadania, participação e autonomia, abordando a democratização da escola como ampliação e universalização do acesso e permanência, sobre a qualidade da educação e o sucesso do aluno na escola pública.

No presente capítulo, trataremos da gestão escolar democrática e participativa, como fim para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem dos educandos com base nas políticas públicas, analisando o papel da gestão nas dimensões administrativa, física, financeira e pedagógica na qualidade e equidade.

2.1 Gestão escolar democrática

Na história da educação brasileira, a gestão democrática escolar além da Constituição Brasileira de 1988, surge, mais tarde, como um princípio na Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional, a LDB (Brasil, 1996), no Art. 3º, que estabelece que o princípio constitucional, conforme inciso VIII, a “gestão democrática do ensino público deve ser efetivada na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino”. No Artigo 14, fica estabelecido que a participação da comunidade escolar seria um dos instrumentos utilizados para garantir sua concretude:

Os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios: I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II– participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (Brasil, 1996).

Segundo Bordenave (2013, p. 8), “[...] para um crescente número de pessoas, democracia não é apenas um método de governo onde existem eleições”. Para o autor, “[...] democracia é um estado de espírito e um modo de relacionamento entre as pessoas. Democracia é um estado de participação”. A participação nos estabelecimentos de ensino é evidenciada nos partícipes dos colegiados que podem opinar e colaborar, contribuindo nas decisões de assuntos relacionados ao ensino e aprendizagem, bem como a aplicação de verbas.

A Lei complementar nº 170/1998 dispõe sobre o Sistema Estadual de Educação de Santa Catarina e, no Capítulo V, trata especialmente da gestão democrática da educação pública. Em seu Art. 18, aponta que a gestão democrática deve ser entendida como ação coletiva e prática. Por sua vez, o Art.19 considera que essa prática trata de “instrumentos destinados a assegurar a gestão democrática da escola pública” (Santa Catarina, 1998). A partir de então, o tema tem se tornado, na área educacional, muito pesquisado, discutido e analisado por estudiosos brasileiros.

A gestão escolar democrática é pautada nos processos de participação coletiva com perspectiva de alinhar as políticas públicas no cotidiano escolar. Paro (1998, p.7) reforça esse pensamento:

A participação da população na escola ganha sentido, assim, na forma de uma postura positiva da instituição com relação aos usuários, em especial aos pais e responsáveis pelos estudantes, oferecendo ocasiões de diálogo, de convivência verdadeiramente humana, em suma, de participação na vida da escola.

As discussões sobre a democracia ampliam-se nas experiências de gestão democrática no âmbito da escola, pressupõem determinadas compreensões sobre o funcionamento e a organização das instituições sociais e da própria sociedade. Na gestão escolar, o diretor tem a função de administrar, de forma organizada e democrática, levando em conta as pluralidades de sujeitos que se fazem presentes e atuam a partir de suas ideias, projetos e interesses distintos, possibilitando a participação de toda a comunidade escolar nas decisões que envolvem o desempenho da escola.

No entanto, Paro (1998) apresenta esclarecimentos sobre a participação dos membros que fazem parte da escola em conjunto com a direção, argumenta que o processo só se torna democrático quando todos lutam pela mesma causa, não havendo resistência entre a instituição escolar e os demais participantes. Sendo assim, precisamos, na gestão educacional, buscar a participação de agentes assumindo responsabilidades perante desafios e situações com finalidades de bom cumprimento coletivamente de ações, eventos e

qualquer atividade relacionada com a escola.

A escola precisa construir a participação da comunidade em seus espaços pedagógicos e, para isso, necessita compreender o sentido de participar e compreender quais as contribuições que a participação pode oferecer para a melhoria da qualidade da educação e, conseqüentemente, da escola. Por considerar a participação como elemento qualificador da educação proposta nas escolas, Bordenave (2013, p. 22) explica que “a palavra participação vem da palavra parte. Participação é fazer parte, tomar parte” e complementa: “é possível fazer parte sem tomar parte”, ou seja, pertencer a um grupo e não ser um sujeito ativo naquele grupo.

Perante esses desafios, o diretor escolar por liderar o processo de democratização da gestão da escola, ou seja, um local onde todos podem ter acesso ao ensino, local de construção de princípios democráticos e de cidadania, tem a urgência de garantir um espaço de participação e convivência com momentos de diálogo e ambientes de aprendizagens com o maior número de pessoas da comunidade escolar possível de forma igualitária e justa. Nesse sentido, a democratização da gestão escolar implica na superação de processos centralizados de decisão e na vivência da gestão colegiada, em que as decisões nasçam das discussões coletivas, envolvendo todos os segmentos da escola num processo pedagógico atuante. Luckesi, 2011 no capítulo VII explana que a democratização do ensino é a permanência do educando na escola e a conseqüente terminalidade escolar. Ou seja, o aluno que teve acesso à escola deve ter a possibilidade de permanecer nela até o nível de terminalidade que seja significativo, tanto do ponto de vista individual quanto do social.

A escola pública avançou no processo de democratização da gestão, ao implantar o Projeto Político Pedagógico, Conselhos Escolares, Regimento Escolar, Grêmio Estudantil ampliando a participação dos pais, alunos, professores e funcionários no acompanhamento e proposição de políticas públicas comprometidas com objetivos democráticos e qualidade de ensino. No que se refere à participação, Bordenave (2013, p. 49) acrescenta que:

Dentro de todo grupo existem diferenças individuais no comportamento participativo. Cada membro participa de uma maneira diferente. A variedade de maneiras de participar é uma força positiva para dinâmica do grupo, mas, ao mesmo tempo, exige uma tarefa de coordenação e complementação, que é a função de todo o grupo e, especialmente, de suas lideranças. Os líderes e agentes educativos aproveitam as diferenças individuais construtivamente na participação.

A participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários, na organização, na construção e na avaliação dos

projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola necessita respeitar as singularidades da comunidade escolar e do Projeto Político Pedagógico. Considerando que esse processo é realizável, o diretor escolar tem, como papel fundamental, construir momentos que propiciem a prática da participação de todos os envolvidos, ter habilidade de gerir conflitos, respeitar os diferentes saberes, buscando sugestões para os variados contextos da escola para potencializar o ensino e aprendizagem. Assim, o gestor juntamente com sua equipe, mobiliza e organiza o grupo para atuar coletivamente na promoção de objetivos educacionais e de transformação nas práticas escolares.

Para que isso aconteça, é necessário o diretor, na gestão democrática escolar, adequar-se às necessidades educacionais, conciliar as demandas burocráticas e políticas com a pedagógica. Assim sendo, buscar meios e subsídios que lhe fornecerão suporte para o trabalho, opção de ferramentas diferenciadas no aprendizado, direcionando melhor o desempenho do estudante e a assimilação do conhecimento.

Para tanto, uma educação pública de qualidade é possível quando se unem esforços da família, escola, comunidade, adaptando-se à realidade local para um modelo de ensino público e suas legislações. Assim, o diretor precisa direcionar seus objetivos para todas as dimensões e formas de participações, é necessário seguir determinações e legislações específicas e que estão garantidas no PPP da escola, coordenar as funções do quadro de pessoal, estabelecendo sua atuação e acompanhamento das normas de organização bem como documentos relativos à vida escolar do aluno e funcional dos professores e servidores, seguir protocolos para arquivamento essas, são algumas responsabilidades da gestão, bem como, acompanhar a equipe pedagógica para que o desempenho de metas da escola relacionados ao ensino e aprendizagem do aluno, sejam garantidas e tenha registro diário pelo professor. Souza (2023, p.126) pontua sobre a gestão,

A gestão democrática é aqui compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e planejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas. Esse processo, sustentado no diálogo, na alteridade e no reconhecimento às especificidades técnicas das diversas funções presentes na escola, tem como base a participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola.

Nessa dimensão, temos a participação por representação, ou seja, temos os

conselhos escolares, que têm representantes de todos os segmentos da escola, alunos, professores, gestão e pais que, juntos, administram e gerenciam recursos recebidos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) - Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), com autonomia parcial, já que existem regras para a sua aplicação, sendo que o valor recebido pela escola é estipulado de acordo com o número de alunos. Além dos recursos destinados, já citados, as escolas estaduais recebem do Governo de Santa Catarina por meio do cartão CPESC e complementada com a APP que arrecada recursos, oriundos da realização de promoções e de doações da comunidade.

A gestão, como forma de gerir a unidade escolar, de maneira que possibilite a participação, transparência e democracia, realiza o planejamento sobre a aplicação dos recursos em conjunto com todos os segmentos, de acordo com as reivindicações de alunos, professores e demais profissionais que atuam na escola.

Sobre a participação da comunidade escolar e gestão democrática, Oliveira, Moraes e Dourado (2013, p.4) enfatizam que:

A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

Partindo dessa perspectiva, com a análise das prioridades, em reunião com o coletivo e participação dos órgãos colegiados (Associação de Pais e Professores, Conselho Deliberativo Escolar e Grêmio Estudantil), é tomada a decisão de aplicação da verba para a realização de projetos, melhoria e manutenção da infraestrutura física e aquisição de materiais para a implementação do processo de ensino e aprendizagem da escola, visando à elevação no desempenho escolar.

Diante disso, é essencial planejar e implementar coletivamente ações sólidas que garantam a gestão democrática e coletiva dos atores na construção da história institucional, estabelecendo relação entre escola – comunidade – família, para que, posteriormente, tenhamos resultados satisfatórios no processo de ensino e aprendizagem.

2.2 Gestão democrática e eleição de diretores nas escolas estaduais de Santa Catarina

A gestão democrática do ensino público, na forma da lei, é um direito garantido pela Constituição Federal brasileira de 1988, no art. 206, e pela Lei de Diretrizes e Bases da

Educação Nacional (LDB) que avançou no sentido de garantir a participação dos profissionais da educação na formulação dos projetos político-pedagógicos das escolas públicas; a formação de conselhos com a participação das comunidades escolares; e progressivos graus de autonomia na gestão financeira da escola.

A lei que instituiu o Plano Nacional de Educação (PNE) para o decênio 2014-2024 estabeleceu, em seu art. 9º, a obrigatoriedade de estados, Distrito Federal e municípios aprovarem leis específicas, disciplinando a gestão democrática da educação pública nos seus sistemas de ensino.

A meta 19 do PNE visa assegurar condições para a efetivação da gestão democrática da educação nas escolas públicas, a qual deve associar “critérios técnicos de mérito e desempenho” e “consulta pública à comunidade escolar”, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto. A forma de escolha da direção escolar é abordada pelas estratégias 19.1 e 19.8, da meta 19. A estratégia 19.1 prevê que o processo de escolha deve considerar, conjuntamente, “critérios técnicos de mérito e desempenho” e a “participação da comunidade escolar”. A estratégia 19.8 propõe desenvolver programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão. Apresentamos, a seguir, o conjunto de estratégias que ampliaram o escopo da meta 19 na Lei n. 13.005/2014:

19.2) ampliar os programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

19.3) incentivar os Estados, o Distrito Federal e os Municípios a constituírem Fóruns Permanentes de Educação, com o intuito de coordenar as conferências municipais, estaduais e distrital bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PNE e dos seus planos de educação;

19.4) estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações;

19.5) estimular a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares e conselhos municipais de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;

19.6) estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

19.7) favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino (Brasil, 2014b).

Esse conjunto de estratégias (19.2 a 19.7) apontam para uma compreensão de gestão democrática mais abrangente, com estruturas e mecanismos que favoreçam a participação, a autonomia e a descentralização. A escola de educação básica se integrará à sociedade e se beneficiará pela participação ativa dos sujeitos que, dia após dia, consolidam a sua importância como instância social.

Em Santa Catarina, a Meta 18 do PEE/SC (2015-2025), que trata da gestão democrática, propõe 18 estratégias, destaca a importância das instâncias democráticas da escola, do PPP, porém a eleição de diretores, importante instrumento de democratização, não está entre as estratégias, apenas o Plano de Gestão Escolar é mencionado pelo documento:

18.1. Estabelecer em legislação específica, diretrizes para a gestão democrática da educação no estado de Santa Catarina;

18.3. Priorizar o repasse de transferências voluntárias do estado de Santa Catarina, na área da educação, para os municípios que tenham aprovado legislação específica que regulamente a Gestão Democrática na área de sua abrangência, respeitando a legislação nacional.

[...]18.8. Garantir a participação efetiva da comunidade escolar e local na formulação e acompanhamento dos projetos políticos-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, possibilitando as condições objetivas necessárias à operacionalização desta participação.

[...]18.16. Implantar avaliação institucional com a participação efetiva da comunidade escolar incorporando seus resultados no Projeto Político Pedagógico e no Plano de Gestão (Santa Catarina, 2015b, p. 138).

As escolas estaduais apresentam aspectos inovadores no que diz respeito à gestão democrática, pois ela é concebida para além do espaço da escola, em nível do sistema de ensino, por meio de estratégias que demandam outras ações, o que pressupõe uma ideia de gestão democrática como política pública.

A gestão democrática com eleição de diretores em Santa Catarina está baseada na legislação própria e nos Decretos nº 1.794, de 15 de outubro de 2013 e Decreto nº 243, de 1º de julho de 2015, que dispõem sobre a Gestão Escolar da Educação Básica e Profissional da rede estadual de ensino em todos os níveis e modalidades por meio de eleição de diretores.

Para participar e ou ser candidato, para o período de 4 (quatro) anos, o profissional da educação deve preencher alguns requisitos de acordo com edital próprio elaborado pela Secretaria do Estado e Educação (SED): ser professor, especialista em assuntos educacionais ou assistente técnico-pedagógico, efetivo do Quadro do Magistério Público

estadual; optar expressamente pelo regime de dedicação exclusiva, a ser ratificado no Termo de Compromisso de Gestão de que trata o § 2º do art. 11 desse Decreto, para ocupar a Função de Diretor de Escola; dispor de carga horária de 40 (quarenta) horas semanais de dedicação à escola, construir um Plano que deverá explicitar metas que evidenciam o compromisso com o acesso, a permanência e o êxito na aprendizagem do estudante da Educação Básica e Profissional.

O proponente interessado em inscrever o Plano de Gestão Escolar deve fazê-lo no sistema eletrônico, conforme edital divulgado pela SED-SC, que após o plano será analisado pela Comissão Regional que homologa ou não a inscrição do proponente, em observância aos requisitos previamente estabelecidos.

A partir dessa etapa, é criada a Comissão Eleitoral na escola, momento em que é organizado todo o processo eleitoral de escolha de diretor: publicação dos Planos de Gestão Escolar (PGE) e inscrições homologadas após análise de recursos pela Comissão Estadual de Gestão Escolar e Defesa Pública do(s) Plano(s) de Gestão Escolar em cada escola. A votação para a escolha do PGE acontece com a participação dos membros da comunidade escolar, sendo que, após, escrutínio dos votos, a Comissão Regional envia o resultado para a Comissão Estadual de Gestão Escolar, apresentando o relatório dos proponentes escolhidos.

Conforme consta no Decreto Estadual N° 273/2023, o proponente necessita ter o quórum mínimo de 50% (cinquenta por cento) mais 1(um) de votantes aptos em cada um dos segmentos (pais, alunos e professores) para considerar-se diretor eleito. Os eleitores aptos ao voto são professores que atuam na unidade escolar, alunos que estão matriculados e frequentando do 6º ano do Ensino Fundamental à 3ª série do Ensino Médio e pais e ou responsáveis de todos os estudantes (um voto por família).

Conforme descrito no decreto, as unidades escolares que não tiveram candidato a eleição de diretores e/ou a eleição foi desconsiderada por não ter o quórum suficiente, ou seja, no segmento de professores e alunos alcançou-se cem por cento dos votos no candidato e os pais não chegaram aos cinquenta por cento dos votos, o governador indica o diretor por meio da Coordenadoria Regional de Educação (CRE), podendo ser o candidato que não se elegeu pela falta de *quorum*, o qual deverá apresentar seu PGE, atendendo os critérios do decreto.

O ato de indicação do profissional da área da educação para gestão escolar sem critérios claros no edital remete à perda da democracia alcançada até o momento, pois as

eleições são historicamente tidas pelos movimentos sociais e dos professores como uma das formas democráticas de escolha dos dirigentes escolares.

Apesar da democratização da gestão nas escolas públicas catarinenses já ter percorrido longo trajeto, é necessário estar atento e vigilante para as mudanças que estão sendo implementadas no tempo presente, a construção da escola democrática não pode mais contar apenas com os dispositivos da legislação educacional ou a eleição para diretores como um instrumento de democratização. Necessitamos da participação de toda a comunidade escolar, especialmente dos professores, em favor da prevalência dos interesses pedagógicos sobre os político-administrativos na gestão escolar para a continuidade da construção de escolas democráticas. É um desafio que requer a valorização e o empenho das comunidades escolares na busca pelo direito de decidir os rumos da educação.

Sendo assim, apresentada a democracia da eleição de diretores, a função de direção da unidade escolar compete coordenar o funcionamento dos serviços escolares no sentido de garantir o alcance dos objetivos educacionais, definidos no Plano Político Pedagógico e no Plano de Gestão Escolar – PGE e demais diretrizes e normas estabelecidas para a Educação Básica. A Secretaria de Educação Estadual oferece curso de formação continuada para gestores eleitos e aplica trimestral, bianual e anualmente a Avaliação da Gestão Escolar. A ferramenta é um processo que considera indicadores externos e internos que podem sinalizar à gestão escolar os avanços e dificuldades de um período. Essa avaliação é realizada pela Comissão da Coordenadoria Regional de Educação juntamente com a comunidade escolar.

Os indicadores sob avaliação estão relacionados às dimensões Pedagógicas, Administrativas e Físicas com índices que se vinculam ao desempenho escolar dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, Anos Finais e Ensino Médio e taxa de aprovação, Variação do total de matrículas (taxa de retenção no ano corrente), resultados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) para 5º ano, 9º ano, 3ª do Ensino Médio em Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, é considerado o nível de satisfação da comunidade escolar com a gestão escolar, aprovação do gestor em cursos para gestão escolar ofertados pela SED e avaliação das condições físicas do ambiente escolar e das condições de tecnologias de suporte ao processo de ensino e aprendizagem.

Os critérios e as orientações referentes ao processo de acompanhamento e avaliação do PGE, por parte da Comissão Regional de Gestão Escolar, são publicados em portaria específica e têm como objetivo a análise dos resultados que serve como um meio fundamental de (re)planejamento, tomada de decisão e gestão dos processos escolares,

possibilitando intervenções pedagógicas comprometidas com a aprendizagem dos estudantes.

O responsável pelo “Plano de Gestão” escolhido pela comunidade passa a receber uma função gratificada de “Diretor de Escola” e poderá indicar os assessores de direção e representar o Plano durante a sua vigência, por quatro anos. A diretora ou diretor deve firmar “Termo de Compromisso de Gestão”, pelo qual será avaliado anualmente, podendo ser destituído da função por não cumprimento de compromissos. A apuração do possível “descumprimento do Plano de Gestão Escolar firmado no Termo de Compromisso de Gestão” poderá ser realizada com um “interventor” designado pelo chefe do Poder Executivo “para fins de acompanhamento” (Santa Catarina, 2013, arts. 5º, 11, 12, 17).

A gestão escolar em Santa Catarina é regulamentada por uma política de governo, apresenta-se numa condição em que os professores, pais e estudantes ressignificam a sua participação nos processos decisórios sobre a participação da comunidade escolar e gestão democrática. Bordenave (2002, p. 74) enfatiza que “a participação é uma vivência coletiva e não individual, de modo que somente se pode aprender na *práxis* grupal. Parece que só se aprende a participar participando”.

Nesse movimento, o gestor precisa estabelecer um trabalho em conjunto com a comunidade escolar, tendo como objetivo a aprendizagem dos alunos e o planejamento com professores para que possam enriquecer as formas de ensinar. Para tanto, mobilizar a participação de pais, professores e estudantes para a concretização e o acompanhamento dos projetos institucionais, condução das reuniões, divulgação interna e externamente do trabalho da escola, prestar contas à comunidade, organizar e planejar esses momentos, fundamentado dentro do projeto político pedagógico da instituição de ensino com olhar alicerçado ao processo de ensino e aprendizagem é essencial, de modo que esse movimento, de fato, aconteça com qualidade. Paro (2017, p. 24) acrescenta: “A participação da comunidade na escola, como todo o processo democrático, é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação”.

Partindo do contexto de participação, devemos ter em mente que a democracia é um processo em permanente construção, é direito de participação de todos, em todas as decisões que favoreçam a qualidade de vida na comunidade escolar. Paro (1998, p. 7) ressalta que a participação da população ganha sentido, quando é trazida para o convívio da escola, mostrando-lhe quão importante é a sua participação, oferecendo ocasiões de diálogo

de convivência, “participação na vida da escola” e fazendo uma escola pública de acordo com os interesses de cidadãos.

Demo (1999, p. 13) afirma que “não existe participação suficiente ou acabada. Não existe como dádiva ou como espaço preexistente. Existe somente na medida de sua própria conquista”. Prossegue dizendo que: “participação é conquista para significar que é um processo, no sentido legítimo do termo: infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo conquista processual”. A concepção democrática de escola respeita a participação dos educandos, educadores, funcionários, pais e órgãos colegiados para que seja produzido um ambiente de coletividade na construção do processo educacional capaz de melhor construir conhecimentos. A respeito disso, Gino (2019, p. 47) acresce que “mais do que nunca a democracia e a

aprendizagem caminham juntas, em uma sociedade que buscamos ser plural, crítica, participativa e justa”.

A gestão democrática na educação está aliada à participação da comunidade nas decisões, esse é um ideal que precisa continuar no horizonte de educadores, enfim a gestão na perspectiva de possibilitadora da qualidade está condicionada a fatores ideológicos e políticos, políticas públicas, estruturas físicas, estruturas familiares e suas organizações, seguindo as finalidades da educação. Sobre isso, Paro (1998, p.6) salienta que:

[...] O processo educativo não pode estar desvinculado de tudo o que ocorre fora da escola, em especial no ambiente familiar. Até para que a escola possa bem desempenhar sua função de levar aluno a aprender, ela precisa ter presente a continuidade entre a educação familiar e a escolar, buscando formas de conseguir a adesão da família para a sua tarefa de levar os educandos a desenvolver eles atitudes positivas e duradouras com relação ao aprender e ao estudar.

Nessa perspectiva, a escola precisa atender a todos indiscriminadamente com o acesso e permanência, reconhecendo as diferenças sociais que também se expressam no espaço escolar e perceber seu papel no movimento de experiência e execução. O problema é: como trabalhar com essa diversidade? Para Libâneo (2015), sustentar o entendimento de que o contexto institucional e sociocultural educa, que o ambiente social existente na escola educa, significa dizer que os modos de funcionamento da escola são práticas educativas, eles educam e ensinam, propiciam aprendizagens, produzem mudanças no modo de pensar e agir das pessoas. Por isso, dizemos que a escola é o lugar onde saberes são elaborados, onde possibilidades e meios são construídos diariamente, onde os sujeitos são autores e coautores desse saber e fazem a diferença entre os seres. A escola e a família compartilham

funções e responsabilidades sociais, políticas e educacionais, as quais contribuem e influenciam a formação do indivíduo e a construção do conhecimento culturalmente organizado de cada meio, ou seja, são fundamentais para o processo evolutivo das pessoas tanto social, físico, intelectual e emocional. Para Libâneo (2015), a participação viabiliza-se por interação comunicativa, diálogo, discussão pública, busca de consensos e de superações de conflitos.

Cabe à instituição escolar utilizar ações que estimulem tanto o aluno a permanecer em sala de aula como aproximar a família do ambiente escolar, pois a participação e o envolvimento da família com a vida escolar são fundamentais para o bom desempenho e a permanência do aluno na escola.

Sabemos dos avanços na trajetória da gestão democrática e participativa nas escolas públicas, mas lembramos que ainda há limitações, discursos e novos modelos de governança (diretores eleitos e ou indicados). Sendo assim, destacamos que, apesar dos avanços, ainda há limitações para que a gestão democrática e participativa legalmente instituída e anunciada dos discursos dos novos modelos de governança se fortaleça e materialize no âmbito das escolas públicas estaduais catarinenses. Esse é um ideal que precisa continuar no horizonte das aspirações de educadores e educadoras, enfim, de todos que acreditam nessa perspectiva de gestão como possibilitadora que promove, faz acontecer o êxito na aprendizagem do estudante, com qualidade e equidade na escola pública.

2.3 Gestão democrática e as instâncias colegiadas

A origem e a natureza dos conselhos escolares confundem-se com a história da política e a democracia, conforme Brasil (2004, p. 36), “o uso da expressão Conselho de Escola encontraria seu antecedente na experiência dos conselhos de fábrica do início do século XX na Rússia, Itália, Alemanha e outros países, que situavam o poder de decisão nas corporações que o constituíam”. Assim, a expressão Conselho de Escola assumiria um significado autogestionário, o que, em tese, representa exercício de poder da cidadania, pela participação da comunidade escolar, expressando a gestão coletiva.

Os conselhos sempre se situam na interface entre o Estado e a sociedade, ora na defesa dos interesses tutelando a sociedade, ora, e de maneira mais incisiva nos tempos atuais, buscando a cogestão das políticas públicas e constituindo-se em canais de participação popular na realização do interesse público.

São muitas as formas de organização e as funções atribuídas a esses conselhos, mas sua origem radica sempre no desejo de participação e na formulação na gestão das políticas públicas.

Os conselhos representam hoje uma estratégia privilegiada de democratização das ações do Estado. Nos espaços da federação temos conselhos municipais, estaduais ou nacionais, responsáveis pelas políticas setoriais nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do trabalho, dos esportes, da assistência social, da previdência social, do meio ambiente, da ciência e tecnologia, da defesa dos direitos da pessoa humana, de desenvolvimento urbano. Em diversas áreas há conselhos atendendo a categorias sociais ou programas específicos (Brasil, 2004, p. 19).

A partir da gestão democrática consignada pela Constituição de 1988, os conselhos assumem uma nova institucionalidade, exercendo uma função mediadora entre o governo e a sociedade. Poderíamos dizer que o conselho constitui uma assembleia de pessoas da comunidade para aconselhar, dar parecer, deliberar sobre questões de interesse público, em sentido amplo ou restrito. Podemos acrescentar que exercem a função de ponte que constitui importante estratégia para o planejamento integrado, para troca de experiências exitosas e a atuação em regime de colaboração e deliberação coletiva na estrutura de gestão dos sistemas de ensino, para a qualidade.

Pensar a educação, valorizando o papel e a opinião das pessoas dos Conselhos que movem o cotidiano escolar é indispensável na democracia participativa pois, o papel da gestão nas dimensões administrativa, física, financeira e pedagógica é buscar a participação e o envolvimento da comunidade escolar em discussões e decisões sobre a linha condutora dos trabalhos.

A gestão descentralizada financeira na escola perpassa pelo crivo do Conselho Escolar, com isso, o processo democrático no âmbito da escola consolida-se com a participação da comunidade escolar nos processos decisivos, para tanto há necessidade de que aconteçam eleições dos órgãos colegiados e que elas sejam transparentes. Nas escolas da rede pública estadual do Estado de Santa Catarina, temos a democracia a partir dos conselhos instituídos em cada escola, que, com seu estatuto, estabelecem regras transparentes e democráticas de eleição dos membros, sua atuação e atribuições próprias.

A partir disso, a plena participação nas decisões e o acesso a todos os documentos necessários são importantes para o acompanhamento dos recursos descentralizados, sobretudo, conforme Paro (2000, p. 18), “a participação da comunidade na escola, como todo o processo democrático é um caminho que se faz ao caminhar, o que não elimina a

necessidade de se refletir previamente a respeito dos obstáculos e potencialidades que a realidade apresenta para a ação”. Assim, o gestor deve utilizar estratégias diferenciadas para fazer com que todos os membros da comunidade participem para promover a transparência, a colaboração e a melhoria de todo contexto escolar.

2.3.1 Associação de pais e professores (APP)

Constituída e em funcionamento conforme estatuto e regimento próprio, a escolha da nova gestão é realizada em biênio e é composta da participação de pais e ou responsáveis dos alunos matriculados e frequentando a escola, professores e o diretor como membro nato, a escolha é realizada por eleição, conforme edital contido no estatuto de cada APP. A participação da APP na escola como representação é necessária, pois, não é possível a participação direta de todos, devido ao fato do grupo da comunidade escolar ser grande, mas sim de participantes que representam o grupo com sugestões e expectativas.

As APPs têm como função auxiliar a direção na execução de atividades que visem facilitar o trabalho docente e minimizar as dificuldades e entraves para o corpo discente. Objetiva, ainda, contribuir de qualquer modo nas melhorias das condições internas da Unidade Escolar e promover o intercâmbio entre a UE e a comunidade. A Associação de Pais e Professores (APP)¹ possui planejamento próprio, elaborado pela sua diretoria, cujas metas visam viabilizar a proposta educacional da UE, promover a aproximação e a cooperação com outras entidades da comunidade, administrar de acordo com as normais legais que regem a atuação da APP, os recursos provenientes de verbas federais e ou estaduais e municipais prestando contas à comunidade escolar.

2.3.2 Conselho deliberativo escolar

A gestão democrática das escolas é um princípio definido pela LDB (Art. 3º, Inciso VII) e pela Constituição Federal (Art. 206, inciso VI), que defende que a educação é um processo social, construído por meio da participação da comunidade escolar. Conforme Instrução Normativa número 146, de 25 de janeiro de 2022, do Estado de Santa Catarina e Regimento Interno das escolas elaborado com base na legislação em vigor e nas diretrizes

¹ Os dados sobre APP (Associação de Pais e Professores), como é constituída e sua função na instituição de ensino foram retirados do estatuto/2020 em vigor até o momento.

pedagógicas e administrativas fixadas pela Secretaria de Estado da Educação, compete ao Conselho Deliberativo Escolar (CDE)² participar efetivamente da avaliação e reelaboração do Projeto Político Pedagógico da escola, visando à sua aprovação; participar da avaliação do Plano de Gestão Escolar - PGE; acompanhar e avaliar o desempenho da escola quanto às prioridades e metas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico a partir de dados obtidos e divulgados de cada escola na página da Secretaria de Estado da Educação, que consta o sistema de inteligência de dados “Educação na Palma da Mão”, que inclui vários painéis que tornam as informações sobre a educação catarinense mais dinâmicas, detalhadas e transparentes, agrupando uma grande quantidade de dados para consulta personalizada (Educação na Palma da Mão).

Levando em consideração a análise dos dados da escola, quanto aos indicadores: matrícula, frequência, evasão e transferência, indicadores de fluxo: aprovação, reprovação e distorção idade-série, indicadores de aprendizagem como resultados das avaliações internas e externas, o gestor escolar com seus professores, o conselho deliberativo e a comunidade escolar devem incluir, no PPP, um plano de ação para o ano letivo, com metas e objetivos de melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem. O CDE deve participar nos projetos elaborados pelos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar; propor alternativas de solução dos problemas de natureza administrativa e/ou pedagógica, tanto daqueles detectados pela própria entidade, como dos que forem encaminhados a ela por escrito pela comunidade escolar; articular ações em parcerias com as entidades da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem; promover círculos de estudos envolvendo os Conselheiros, visando a um melhor desempenho do trabalho, bem como a capacitação continuada para todos os segmentos da comunidade escolar.

O CDE deve participar nos projetos elaborados pelos diversos segmentos que compõem a comunidade escolar; propor alternativas de solução dos problemas de natureza administrativa e/ou pedagógica, tanto daqueles detectados pela própria entidade, como dos que forem encaminhados a ela por escrito pela comunidade escolar; articular ações em parcerias com as entidades da sociedade que possam contribuir para a melhoria da qualidade do processo ensino e aprendizagem; promover círculos de estudos envolvendo os Conselheiros, visando a um melhor desempenho do trabalho, bem como a capacitação

² O Conselho Deliberativo Escolar é constituído na UE conforme Instrução Normativa número 146, de 25 de janeiro de 2022, do Estado de Santa Catarina e Regimento Interno da escola elaborado com base na legislação, os dados aqui citados foram extraídos do Regimento CDE /2023 em vigor.

continuada para todos os segmentos da comunidade escolar.

O órgão colegiado em geral tem normas que se referem à função deliberativa, em que aprovam encaminhamentos de problemas relacionados à escola, garantem a elaboração de normas internas e seu cumprimento das metas do Projeto Político Pedagógico, decidem sobre a organização e o funcionamento geral da escola. Quanto à função consultiva, responsável por emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência, por sua vez, a função normativa propõe alternativas, prioridades e procedimentos para melhoria da qualidade do trabalho escolar, respeitando as normas legais vigentes. A função mobilizadora envolve o acompanhamento e a fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira, visando estimular estratégias, garantindo a legitimidade das ações desenvolvidas na escola com o compromisso aos direitos educacionais e a qualidade educacional, além de acompanhar e avaliar a atuação da Gestão Escolar, de acordo com as orientações estabelecidas pela Secretaria de Estado da Educação (SED).

Com base nos documentos orientadores, podemos citar que não lhes são atribuídas responsabilidades de governo, mas de voz plural da sociedade para situar a ação de cidadania, exercendo a função mediadora entre governo e a sociedade. Esse processo de mediar deve ser constante e sistemático durante o ano letivo, visando a identificação de problemas com sugestão de alternativas, priorizando o acesso ao ensino aprendizagem e a permanência do estudante na escola, bem como a melhoria do desempenho dos estudantes e o cumprimento das normas escolares e da qualidade e equidade do ensino.

Na condição de órgãos colegiados, os conselhos deliberam, definem normas ou determinam ações na sua esfera de competência, têm o dever de discutir e fiscalizar, juntamente com as demais entidades representativas da comunidade escolar, sobre o destino de verbas da escola, considerando os recursos descentralizados e/ou oriundos de parcerias com outras instituições ou arrecadação de contribuições espontâneas, doações, legados e outras promoções, bem como assessorar e colaborar efetivamente com o Gestor Escolar em todas as suas atribuições, com destaque especial para o cumprimento das disposições legais, a preservação do prédio e dos equipamentos escolares, comunicação ao órgão competente das situações de emergência em casos de irregularidades na escola. A composição, a eleição, a finalidade e demais aspectos relacionados ao Conselho Deliberativo, deverão realizar-se de acordo com o decreto nº 1.586, de 26 de novembro de 2021, da Secretaria do Estado da Educação.

2.3.3 Grêmio Estudantil

A Lei Federal 7398/85 e a Lei Estadual de Santa Catarina nº 12.731/03 dispõem sobre a organização de entidades representativas dos estudantes, grêmio estudantil, com finalidades preestabelecidas no estatuto de cada escola. O Grêmio Estudantil³ representa condignamente o corpo discente, tendo, como objetivos, defender os interesses individuais e coletivos dos alunos, incentivar a cultura literária, artística e desportiva de seus membros, promover a cooperação entre administradores, funcionários, professores e alunos no trabalho escolar, buscando seus aprimoramentos, realizar intercâmbio e colaboração de caráter cultural e educacional com outras instituições.

O órgão colegiado possui estatuto próprio e o documento estabelece as normas sob as quais o Grêmio vai funcionar, explicando como serão as eleições, a composição da diretoria, como a entidade deve atuar nos casos que competem ao órgão. A realização da assembleia tem como objetivo de apresentar prestação de contas, aprovar, eleger, discutir teses, recomendações, moções, adendos e propostas trazidas por qualquer um de seus membros, sendo que todas as decisões tomadas, neste sentido, devem considerar a participação dos integrantes, bem como os 2/3 dos votos conforme o estatuto.

Os integrantes do grêmio estudantil necessitam elaborar o plano anual de trabalho, submetendo-o aos outros órgãos colegiados da escola, também têm função de coordenar e orientar as atividades esportivas do corpo discente, promover a realização de palestras, exposições e concursos de assuntos relacionados ao currículo escolar, participar ativamente na elaboração, execução, avaliação e reelaboração do PPP da escola, favorecendo o desenvolvimento da consciência crítica da realidade social, da prática democrática, da criatividade e da iniciativa dos alunos, indispensáveis para o exercício da cidadania.

Sendo assim, a escola deve oportunizar aos alunos atuação efetiva e constante no ambiente escolar, pois, a partir da oportunidade de ter voz ativa como agentes de transformação, acontece a construção da cidadania. Educar para a cidadania é reconhecer direitos e deveres, reconhecer e respeitar as diferenças, incentivar e respeitar a participação política no momento da reivindicação e exposição de anseios dos indivíduos no contexto escolar.

No movimento de participação, os educandos devem ter liberdade de promover diálogos e posicionamento, respeitando os limites conforme legislação, entre alunos,

³ O Grêmio Estudantil nas unidades escolares possui Estatuto Interno construído a partir da Lei Estadual de Santa Catarina nº 12.731/03 e as informações contidas aqui foram extraídas Estatuto Grêmio Estudantil/2020.

direção escolar, professores e coordenadores sobre assuntos de finalidades educacionais, culturais, cívicas esportivas e sociais. A escola deve ser um local em que se possa questionar, discutir, duvidar, errar, colaborar mutuamente, ou seja, ser espaço de contradições. Esse processo faz parte da gestão democrática da escola, tarefa coletiva com papel fundamental na edificação de uma escola de qualidade, formando cidadãos críticos, participativos, capazes de transformar a sociedade.

2.3.4 Conselho de Classe Escolar

O Conselho de Classe, segundo Dalben (2014, p.3),

é um órgão colegiado, presente na organização da escola, o qual reúne periodicamente os vários professores de diversas disciplinas, juntamente com os coordenadores pedagógicos, supervisores e orientadores educacionais, para refletirem conjuntamente e avaliarem no desempenho pedagógico dos alunos das diversas turmas, séries ou ciclos.

O Conselho de Classe Escolar é instância deliberativa integrante da estrutura da escola e tem sob sua responsabilidade a avaliação do processo de ensino e aprendizagem desenvolvido pelo estabelecimento de ensino e a proposição de ações para a sua melhoria. Assim sendo, estão sobre sua responsabilidade: a avaliação da prática docente, no que se refere à metodologia, às habilidades e competências e aos conteúdos programáticos e à totalidade das atividades pedagógicas realizadas; a avaliação dos envolvidos no trabalho educativo e a proposição de ações para a superação das dificuldades; a definição de critérios para a avaliação e sua revisão, quando necessária; a apreciação, em caráter deliberativo, dos resultados das avaliações dos alunos, apresentados individualmente pelos professores; bem como decidir pela promoção ou retenção dos alunos.

A coordenação do Conselho de Classe é de responsabilidade da direção ou por outro profissional designado por ela. O Conselho de Classe é um colegiado composto pelos professores da turma; pela direção do estabelecimento ou seu representante; pela equipe pedagógica da escola; pelos estudantes; pelos pais ou responsáveis legais. O funcionamento e a composição do Conselho de Classe são previstos no Projeto Político Pedagógico com o *quórum* mínimo para a reunião de 51% (cinquenta e um por cento) dos membros de participação obrigatória e, para deliberação e encaminhamentos, é de 51% (cinquenta e um por cento) dos presentes, todos os membros do Conselho de Classe têm voto igualitário e

cabe, à Direção ou a seu representante, o voto decisório em caso de empate em deliberação nas tomadas de decisões. O referido Conselho poderá reunir-se extraordinariamente, convocado pela direção do estabelecimento de ensino, por 1/3 (um terço) dos professores ou dos pais, quando for o caso, ou dos alunos da turma durante o ano letivo, com no mínimo, 48 horas de antecedência, se fatos relevantes e/ou emergências ocorrerem. Das reuniões do Conselho de Classe, deverá ser lavrada ata com assinatura de todos os presentes.

O Conselho de Classe Participativo é realizado, ordinariamente, por turma do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental e 1ª à 3ª série do Ensino Médio, trimestralmente, nos períodos que antecedem ao registro definitivo do rendimento dos alunos no processo de apropriação de conhecimento e desenvolvimento de competências. Aliado à intencionalidade, o conselho de classe deve contar, sempre que possível, com a participação de todos os segmentos, seu propósito não é julgar o comportamento dos alunos, mas compreender a relação que eles desenvolvem com o conhecimento e como gerenciam a vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas.

A metodologia do Conselho de Classe Participativo adotada pela escola deve ser construída nas reuniões de professores, fazendo, portanto, no coletivo, para que a avaliação se torne um trabalho produtivo, focado no processo de ensino e aprendizagem. O CC tem autonomia para deliberar o seu parecer final, cabendo recurso aos interessados junto à escola e, se necessário, em outras instâncias, como a Coordenadoria Regional da Educação – CRE, para pedido de revisão.

A partir disso, discutir a educação dentro dessa sua amplitude oportuniza-nos, como profissionais da educação, refletir acerca da dinâmica pedagógica enquanto seres atuantes e em busca de novos caminhos para a educação dos alunos.

Nesse contexto socioeconômico e educacional, a escola precisa criar meios para atrair as famílias para o espaço dela. Por isso, é preciso construir uma relação sólida entre ambos e pensamos que, por meio das reuniões pedagógicas, dos eventos promovidos pela escola e da gestão democrática que se estabelece essa relação.

Pensar o fazer pedagógico de forma significativa e clara é trazer para a comunidade a participação e o desafio aos professores, que, muitas vezes, são resistentes a mudanças na busca de uma educação de qualidade, promovendo, em razão disso, ações efetivas que tenham os alunos como o centro de todo o trabalho é o ponto de partida para que tenhamos claro o processo de avaliação do ensino e da aprendizagem como o diagnóstico de cada ano.

Abordando esse tema em vista do contexto escolar Luckesi (2002, p.78) salienta:

Para que se utilize corretamente a avaliação do processo ensino-aprendizagem, no contexto escolar, importa estabelecer um padrão mínimo do conhecimento, habilidades e hábitos que o educando deverá adquirir; um padrão mínimo de conhecimentos, habilidades e hábitos e não uma média mínima de notas, como ocorre hoje na prática escolar.

Nesse movimento, é preciso implementar novas metodologias, traçar novos objetivos e estratégias de avaliação, oportunizando para o aluno a reflexão acerca das atividades e que ele possa consolidar saberes aprendidos e não decorar para compor uma nota. No entanto, sabemos que o sistema avaliativo exige números para dizer se o aluno é aprovado ou reprovado. Mas, a equipe escolar precisa ir além do sistema, precisa instrumentalizar por meio de diferentes metodologias, diferentes saberes visando à emancipação dos sujeitos envolvidos por meio de todo processo formativo, sobre avaliação Dalben (2014, p. 10) cita que:

O objetivo da avaliação não é mais obter um produto pronto e fechado, mas buscar conhecer cada vez mais o aluno e sua realidade. O processo de ensino transforma-se, nesse caso, num desafio para o professor, porque, ao mesmo tempo em que busca intervir no processo de aprendizagem do aluno, sabe que este aluno lhe oferecerá dados que não conhece, mas que merecem sua atenção, na perspectiva de construir o próprio processo de ensino.

Cabe à equipe pedagógica da escola e ao Conselho de Classe Participativo analisar e discutir o currículo que norteia todas as atividades avaliativas, fazendo em conjunto com os professores, pais e alunos para auxiliar nas decisões pedagógicas do ensino e da aprendizagem. O Conselho de Classe Participativo deve ser criterioso na avaliação da aprendizagem do trimestre, considerando aspectos relacionados à apropriação do conhecimento e ao processo integral do aluno, evitando ater-se a questões subjetivas e comportamentais dos estudantes.

Neste sentido, o estudo é necessário por se tratar de momentos divergentes em diversas escolas, quando deveria ser um momento de reflexão da prática, mas alguns docentes, por exemplo, acabam apoiando-se na inter-relação permanente entre professor/aluno. Assim sendo, nesses momentos, é importante estarmos atentos à investigação das questões que merecem maior investimento pedagógico, para, conseqüentemente, alterar, se necessário, os encaminhamentos didáticos, em busca de resultados significativos para todos os envolvidos no processo de avaliação/reflexão da prática.

Levando em conta a legislação, ao longo dos meses de estudos da dissertação, foram acompanhadas as estratégias de três unidades escolares da Rede Estadual do município de Concórdia/SC, que possuem etapas diferentes de ensino da Educação Básica, com localização urbana e rural, de diferentes singularidades para estudo sobre como acontece o Conselho de Classe Participativo na escola.

3 CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO: ESPAÇO DEMOCRÁTICO DE ESTRANHAMENTOS?

Neste capítulo, serão abordados o Conselho de Classe e as legislações que o regem de forma Participativa nas escolas públicas estaduais do estado de Santa Catarina. Para isso, será feita uma análise documental dos Projetos Político Pedagógicos focando na meta, função social, concepção de ensino e aprendizagem, diagnóstico da escola com as dimensões socioeconômicas, físicas e pedagógica e a organização pedagógica, salientando de que forma acontece o Conselho de Classe Participativo (CCP) e seus registros, a ficha de acompanhamento pedagógico, a avaliação da aprendizagem e recuperação paralela de estudos de três escolas públicas estaduais da 6ª Coordenadoria Regional de Educação do município de Concórdia. A pesquisa neste capítulo tem como objetivo analisar como acontece a gestão democrática na escola e nos momentos de Conselho de Classe em diferentes espaços, assim caracterizados: Escola A: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e Ensino Médio; Escola B: Ensino Médio; Escola C: Ensino Fundamental Anos Iniciais e Anos Finais e Ensino Médio.

3.1 Base legal do Conselho de Classe

De acordo com a historiografia, segundo Dalben (2004, p. 22), o Conselho de Classe

Tem sua origem na França nos meados da década de 40, surgindo pela necessidade de um trabalho disciplinar com classes experimentais. Em 1959 ocorreu uma reforma no ensino francês instituindo três tipos de conselho: Conselho de Classe no âmbito da turma; o Conselho de Orientação, no âmbito do estabelecimento; e o Conselho Departamental de Orientação em esfera mais ampla com objetivo de organizar um sistema escolar na observação sistemática e contínua dos alunos e oferecer o ensino que correspondia seus gostos e aptidões (ensino clássico e técnico).

A experiência francesa foi trazida para o Brasil para o Colégio de Aplicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, posteriormente, por educadores brasileiros que, no momento da reforma do ensino francês realizavam estágio naquele país. Por muito tempo, a função do Conselho foi classificatória e voltada à seleção das aptidões discentes.

Anteriormente à Lei nº 5.692/71, o conselho de classe não se apresentava como instituído na escola. O conselho acontecia de forma espontânea, sem importância pedagógica, pois a educação tinha por objetivo formar o indivíduo apto para o mercado de

trabalho. A partir de então, essa Lei deu abertura aos Conselhos Estaduais de Educação para traçarem diretrizes próprias para sua operacionalização, definindo o espaço para a implementação dos conselhos de classe, embora ainda não fosse muito clara a forma de execução nas escolas.

Nesse contexto, Dalben (2004, p. 36) pondera que

O papel político dos Conselhos de Classe da época era o de reforçar e de legitimar os resultados dos alunos, como veredictos finais, acabados, já fornecidos pelos professores e registrados em seus diários. Os próprios professores não trocavam suas ansiedades e dificuldades com o trabalho docente, não discutindo entre si as diferenças de posicionamento, e tudo transcorria numa relação individualizada e de isolamento profissional.

Entretanto, percebemos que, ao longo dos tempos, os CC reforçavam os resultados obtidos pelos estudantes fornecidos pelos professores, sem proposta de buscar soluções para as dificuldades encontradas, ou seja, de aprovação ou não do aluno. Essa prática contradiz o artigo 13 da lei 5.692/71 que afirmava que a avaliação era feita em equipe, incluindo professor, especialistas e estudantes.

Dalben (2004) acrescenta que o surgimento do CC estava embasado no pressuposto de que, num processo coletivo de avaliação, a participação de diferentes profissionais com perspectivas diversificadas de avaliar o aluno possibilitaria uma tomada de decisões mais acertada. Esse pressuposto vai ao encontro à lei, a qual implicava a formação de um procedimento coletivo para avaliação não somente dos alunos, mas também do trabalho docente. Nesse contexto, a autora discute o papel do CC:

Com essa perspectiva funcionalista de avaliação do processo pedagógico, ao Conselho de Classe caberia o papel de aglutinar as diferentes análises dos diversos profissionais, além de possibilitar o seu desenvolvimento, na sua própria capacidade de análise do aluno, do trabalho docente como um todo, numa perspectiva de autodesenvolvimento e de desenvolvimento de novas metodologias para o atendimento do discente. Portanto, o Conselho de Classe teria como papel fundamental dinamizar o processo de avaliação, por intermédio da riqueza das análises múltiplas de seus participantes, e estruturar os trabalhos pedagógicos segundo essas análises coletivas, permitindo-se um fazer coletivo (Dalben, 2004, p. 12).

Entender os momentos de CC como avaliação coletiva nas escolas, é tê-los como espaço para os educadores refletirem a prática pedagógica na relação com a aprendizagem dos alunos e a necessidade por meio da participação e do diálogo conjunto de professores e alunos.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394 de 1996 no Art.13.

Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;
- V - ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;
- VI - colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade (Brasil, 1996).

É imprescindível à gestão, em seu sentido de democracia, avaliar o trabalho pedagógico e educativo realizado nela, motivar o pensar e repensar a escola, avaliar suas formas, seus métodos, seu conteúdo, seus sujeitos, sua intencionalidade, suas práticas realizadas no momento do CC, tornando possível um espaço de discussão pedagógica.

Atualmente, esses momentos do Conselho de Classe nas escolas é amparado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9394 de 1996, que assinala que “os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica” (Brasil, 1996), por sua vez, na Resolução n.º 23/2000 do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina e pelas Diretrizes para a Organização da Prática Escolar na Educação Básica/2000 da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, são estabelecidas as diretrizes para a avaliação do processo ensino e aprendizagem e a possibilidade do Conselho de Classe ser participativo.

Nessa concepção, o Conselho de Classe (CC), no interior das escolas, deve mostrar-se iminente, com normas instituídas pela comunidade escolar, sendo que, por lei, deve ocorrer a avaliação do processo ensino e aprendizagem. O Conselho de Classe reproduz a avaliação praticada no dia a dia da escola. Sobre isso, Dalben (2004) afirma que são as relações que os sujeitos estabelecem com sua prática que poderão definir os caminhos que o Conselho de Classe seguirá: o da construção crítica e democrática ou o da reprodução da cultura escolar apegada ao autoritarismo, à seletividade e à exclusão.

Entendendo que o Conselho de Classe, em termos normativos, está fundamentado e regulamentado, o estudo busca compreender o funcionamento do Conselho de Classe como instância da avaliação coletiva praticada pela escola, como cita documento legal do estado de Santa Catarina (2000, p. 27): “ainda que não existam receitas que possam definir como deva

ser o Conselho de Classe, a escola, na busca por um processo mais democrático e dialógico, deverá fazer deste espaço escolar um potencial pedagógico”.

Entretanto, há necessidade de buscar compreender o funcionamento do Conselho de Classe como instância da avaliação coletiva praticada pela escola, sendo essa análise percebida na perspectiva da reflexão pedagógica que possa contribuir para um melhor aproveitamento desse colegiado na organização do trabalho pedagógico da escola, comprometida com aprendizagem e a avaliação formativa.

Ressaltamos ainda, a importância da presença dos pais no acompanhamento do processo ensino e aprendizagem dos filhos, promovendo momentos em que eles também podem auxiliar e acompanhar as tarefas em casa, oportunizando horários de estudo, fortalecendo a relação constituída entre família e escola. O Conselho de Classe é um momento muito rico para discussões no que se refere à melhoria das práticas pedagógicas e avaliativas e tem por objetivo constituir-se em um momento de reflexão a respeito da avaliação praticada pela escola como um todo.

Nesse contexto, Dalben (1992, p. 85) afirma que é oportuno salientar a importância de espaços para a formação continuada:

[...] seja como for, somente através da criação de espaços que favoreçam a formação do professor é possível a transformação de suas práticas por meio do processo de reflexão/avaliação do seu cotidiano, quando então o professor confronta dialeticamente suas concepções de ensino e de avaliação para poder se situar e romper com a organização e processos de ensino que não atendam à função social da escola de transformar a sociedade.

Neste sentido, as escolas da Rede Estadual de Ensino procuram manter um canal aberto e participativo com todos os segmentos da rede, com formação continuada com o tema para Gestores, Orientadores Educacionais, Assistentes Técnico Pedagógico, Supervisor Escolar, realizando análise e debate com professores e comunidade escolar para construção e definição de critérios, objetivando uma reflexão acerca da aprendizagem e do desenvolvimento do estudante e inclusão no Projeto Político Pedagógico da escola para posterior consideração nos momentos do Conselho de Classe Participativo.

Sendo assim, partindo que o CCP é momento de avaliação e considerando a Resolução nº 11/2022 – CEE, a qual cita que a organização do Conselho de Classe que acontece trimestralmente é de responsabilidade de cada escola, observando os critérios estabelecidos na legislação vigente, será analisado como são desenvolvidos os momentos de Conselho de Classe Participativo em três escolas estaduais do município de Concórdia- SC.

3.2 Conselho de Classe Participativo e sua relação com a avaliação escolar

O Conselho de Classe é o órgão que possibilita a avaliação global do aluno, com especial atenção à avaliação do processo de ensino e aprendizagem, regulamentado pela Resolução CEE/SCNº 011, de 10 de maio de 2022, pela Portaria 703, de 29 de março de 2024 e pela Portaria Nº 1847 de 12 de julho de 2023. Ele é constituído por professores da turma, gestão e equipe pedagógica da escola, estudantes, pais e ou responsáveis, quando for o caso. O conselho de classe é realizado ordinariamente por turma, trimestralmente, sendo que, para a validação do conselho de classe, é necessária a participação de no mínimo 51% dos professores titulares das turmas em análise, quando os resultados e encaminhamentos deverão ser registrados em ata.

De acordo o Art. 5º da Resolução Nº 183/13 CEE, “A verificação do rendimento escolar basear-se-á em avaliação contínua e cumulativa, a ser expressa em notas, conceito descritivo ou outra espécie de menção constante no Projeto Político Pedagógico, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos [...]” (Santa Catarina, 2013).

Nesse contexto, conforme legislações, o Conselho de Classe Participativo possibilita apreciar de forma ampla, aspectos educativos, avaliar elementos relevantes do aprendizado, detectar qualidades vistas por um professor e não vistas pelo outro. Além de enfatizar o processo nacional de avaliação do rendimento escolar, orienta no sentido da participação de todos aqueles que se encontram envolvidos com o processo ensino e aprendizagem do educando. Luckesi analisa a avaliação da aprendizagem na escola como investigação e intervenção.

A avaliação da aprendizagem só funcionará bem se houver clareza do que se deseja (projeto político - pedagógico), se houver investimento e dedicação na produção dos resultados por parte de quem realiza a ação (execução) e se a avaliação funcionar como meio de investigar e, se necessário, intervir na realidade pedagógica, em busca do melhor resultado. Sem esses requisitos, a prática pedagógica permanecerá incompleta e a avaliação da aprendizagem não poderá cumprir o seu verdadeiro papel (Luckesi, 2013, p.177).

Partindo do contexto escolar, os educadores precisam lembrar constantemente que nem sempre todos os alunos da turma compreendem os conteúdos apresentados da mesma forma e, por isso, é necessário criar estratégias diferenciadas para que todos aprendam. Se as dificuldades vão se acumulando e o educador não propõe uma diversificação didática,

aumentam as dificuldades de aprendizagem do aluno, diminuindo as possibilidades de superação. Uma prática que se deve ter na escola, é a de não culpabilizar apenas o professor quando um aluno não aprende, mas responsabilizar toda a equipe escolar (gestora, assistente de educação equipe pedagógica e grupo de professores) que deve acolher e investigar os fatores históricos, sociais e psicológicos que possam estar interferindo no seu processo de ensino e aprendizagem para posteriormente fazer os encaminhamentos necessários visando avançar na aprendizagem.

Voltando os olhos para o contexto escolar e os momentos de CCP, questionamo-nos: como se deve organizar esse momento para que aconteça a avaliação do processo de ensino e aprendizagem? A partir desse questionamento, verificamos que havia necessidade de analisar e rever a organização e o funcionamento do Conselho de Classe Participativo em escolas da rede estadual do município de Concórdia/ SC.

O processo participativo de democracia e diálogo em escolas da rede estadual no momento do Conselho de Classe Participativo, acontece com a participação dos segmentos: equipe gestora, professores, pais e alunos de turmas, que são convocados para momentos de diálogo. Porém, devido a forma de realização, os pais não comparecem por muitos motivos, como não serem comunicados com antecedência para organização familiar ou não ser aberto um momento de diálogo e por vezes, quando dada a palavra, eles opinam e não são ouvidos ou ainda, se questionam ou opinam na forma de avaliação e encaminhamentos, podem sofrer represália por parte de alguns professores em relação aos seus filhos.

Partindo da legislação, o Conselho de Classe deve ser previsto pela equipe da escola no calendário do ano letivo, essa previsão e avisos facilita o processo de organização dos encontros, bem como a participação dos professores e famílias de maneira a dialogar sobre interesses e necessidades do trabalho pedagógico.

O grande desafio contemporâneo está na reflexão e ressignificação de práticas do Conselho de Classe Participativo. A sociedade vive uma dinâmica muito acentuada de alterações e transformações num processo frenético, em que as tecnologias e as ideias e mesmo valores assumidos hoje podem estar obsoletos amanhã. Precisamos que os sujeitos realizem uma participação intensa e efetiva, com transparência em seus posicionamentos, práticas de reflexão, análise, avaliação e decisão das práticas pedagógicas, em que todos sejam partícipes de maneira construtiva e democrática.

Neste sentido, a equipe escolar traça objetivos que nortearão a construção das ações cotidianas, encontrando possibilidades fundamentais para o rumo do trabalho. Dalben (2006, p. 56) enfatiza que “essa travessia permite a cada escola a construção coletiva de sua

identidade”. Assim, podemos dizer que quando se discute o Conselho de Classe, discutem-se as concepções de avaliação escolar presentes nas práticas educativas dos professores.

Considerando todas essas estratégias, registramos a importância da equipe pedagógica da escola frente aos entraves da avaliação, sendo importante fomentar momentos reflexivos, informativos e enriquecedores acerca das discussões sobre a avaliação em pauta, mostrando a importância que ela tem. Sob esse enfoque, oportunizar uma reflexão dos critérios utilizados para a avaliação durante a caminhada do processo ensino – aprendizagem, com a participação de toda a comunidade escolar é extremamente essencial.

Dando destaque ao ato de avaliar, Luckesi (2013, p. 76) em seus escritos, pontua:

O ato de avaliar importa coleta, análise e síntese dos dados que configuram o objeto da avaliação, acrescido de uma atribuição de valor ou qualidade, que se processa a partir da comparação da configuração do objeto avaliado com um determinado padrão de qualidade previamente estabelecido para aquele tipo de objeto. O valor ou qualidade atribuídos ao objeto conduzem a uma tomada de posição a seu favor ou contra ele. E, o posicionamento a favor ou contra o objeto, ato ou curso de ação, a partir do valor ou qualidade atribuídos, conduz a uma decisão nova, a uma ação nova: manter o objeto como está ou atuar sobre ele.

Esse pressuposto reafirma a ideia de que ao gestor junto à escola cabe planejar, de forma coletiva, elementos e ações essenciais para que no plano de aula, que orienta o cotidiano do professor tenha implícitos os objetivos, conteúdos, estratégias, propostas de avaliação, levando em consideração os conhecimentos prévios dos alunos e a contextualização da comunidade escolar.

Quando pensamos e falamos em escola, temos que pensar em qual é sua função social, suas metas e como é desenvolvido o trabalho pedagógico, logo, reportamos à formação continuada, ao trabalho colaborativo e aos reflexos na aprendizagem dos alunos. Isso resulta em repensar a prática e estabelecer instrumentos em que o trabalho colaborativo esteja presente e que aprendizagens sejam consolidadas.

Em razão disso, pontuamos a importância do professor e do currículo que constitui a escola e os envolvidos. Desafiar o educando a produzir novos saberes e a partir dele propor intervenções, é o desafio principal, quando falamos em currículo.

Sendo assim, a reflexão parte do princípio de que na escola, acontece a transmissão-assimilação do saber sistematizado. Segundo Saviani (2008, p. 5):

este é o fim a atingir. É aí que cabe encontrar a fonte natural para elaborar os métodos e as formas de organização do conjunto das atividades da escola, isto é, do currículo. E aqui nós podemos recuperar o conceito abrangente de currículo: organização do conjunto das atividades nucleares distribuídas no espaço e tempo

escolares. Um currículo é, pois, uma escola funcionando, quer dizer, uma escola desempenhando a função que lhe é própria.

Para tanto, mediar com a finalidade de cumprir a função social da escola, torna-se essencial agregar elementos novos ao caminho já existente, determinar um planejamento coletivo com atividades de aprendizagem, contemplando no processo, a realidade do aluno, oportunizando um diálogo entre as áreas de conhecimento e novos aportes pedagógicos para enriquecer o percurso da atividade.

Desse modo, enquanto intervenção educativa, pensamos em todo o contexto que a permeia, os sujeitos que a compõem, a dinâmica de trabalho que é desenvolvida, bem como o tipo de sujeito que queremos constituir. Para tanto, é necessária uma análise criteriosa quando pontuamos o tipo de sujeito que a escola recebe, o contexto que eles estão inseridos e como o trabalho pedagógico será mediado. Nessa construção de saberes, o professor, juntamente com toda equipe (coordenador pedagógico, orientador, gestor...), necessita estar aberto às expectativas desses sujeitos, pois eles chegam para a escola dispostos a aprender.

Portanto, estabelecer e reorganizar o currículo, pensar a formação continuada, ouvir os sujeitos e traçar planos de ação consolidados no Projeto Político Pedagógico da escola são indicativos de que aprendizagens acontecerão, práticas serão concretizadas e o conhecimento, construído.

Nesse enfoque, os profissionais da educação devem conhecer seus alunos, bem como o contexto social, lembrando que a família é a primeira mediadora das relações socioafetivas, transmissão de valores, crenças, ideias e significados presentes na sociedade. Em consequência, teremos o meio em que a criança está inserida como ponto de partida para a seleção dos conteúdos curriculares, os objetivos e métodos diferenciados, motivando o processo de socialização com a inclusão de todos, assegurando o estudo e a apreensão de conhecimentos, havendo uma preocupação com o desenvolvimento de novos saberes e o processo ensino e aprendizagem. “A escola que respeita e integra o saber do povo faz a diferença” (Brasil, 2004, p. 30).

A concepção democrática de escola respeita a participação do educando, educador, funcionários, pais e órgãos colegiados para que seja definido um ambiente de coletividade na construção do processo educacional capaz de melhor construir conhecimentos.

Sendo assim, respeitada a coletividade, a escola passa a ser administrada por toda a comunidade, sem esperar que os outros órgãos de educação tomem iniciativa para buscar caminhos para torná-la cada vez mais competente e capaz de cumprir seu papel na sociedade, o ensino.

Não há dúvida de que a escola já avançou muito no que diz respeito à gestão democrática e à participação coletiva de todos os segmentos em seus planejamentos, na construção e efetivação do Projeto Político Pedagógico (PPP), garantindo a realidade da instituição e o acesso aos saberes científicos e culturais. É possível, ainda, apontar algumas dificuldades para a construção na coletividade do projeto político pedagógico da escola, a primeira refere-se à formação continuada dos profissionais que pode ser apontada como insuficiente, devido ao calendário ser pouco flexível para formações na escola e, quanto ao segmento pais e ou responsável, ainda há necessidade de incentivo e trabalho constante para participação nos momentos de estudo. Sobre esse assunto, Pimenta (2013, p. 82) destaca que “todas essas dificuldades são passíveis de serem superadas. Mas não sem sofrimento e luta”.

A escola tem objetivos a alcançar, metas a cumprir e sonhos a realizar. O conjunto dessas aspirações, bem como os meios para concretizá-las, é o que dá forma e movimento à escola e a possibilidade de obter maior qualidade e sucesso em suas conquistas pedagógicas.

Destacamos, além disso, que repensar os momentos de estudo do PPP e dos CCP de forma consciente e responsável é papel de todas as unidades de ensino e equipe escolar. Garantir a todos o acesso aos saberes científicos e culturais por meio do currículo organizado pela escola em discussão com professores no coletivo e previsto no Projeto Político Pedagógico são evidências que os saberes elaborados e a transmissão e assimilação de conhecimentos se consolidarão, pois, como destaca Saviani (2008), por meio da mediação da escola que acontece a passagem do saber espontâneo ao saber sistematizado.

3.3 Caracterização das escolas pesquisadas

Nessa seção, são apresentados os conceitos obtidos durante a pesquisa documental realizada nos PPPs de três escolas da rede estadual da Coordenadoria Regional de Concórdia/SC. No primeiro momento, temos o perfil das escolas⁴, meta pedagógica e sua função social, após, as características de funcionamento e realização do Conselho de Classe Participativo, que possui no documento, para posteriormente, no capítulo quatro, realizar a execução de análises das concepções de avaliação que foram reveladas nas observações dos PPPs.

⁴ Os dados retirados para caracterização das escolas A, B e C, seu perfil, meta pedagógica, função social e realização do Conselho de Classe Participativo tem como fonte os Projetos Político-Pedagógicos das escolas do ano de 2023.

3.3.1 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “A”

A escola “A” está situada na Zona Rural do município de Concórdia com atendimento nos turnos Matutino e Vespertino, com uma turma de cada ano do 1º ao 9 ano do Ensino Fundamental e uma turma de cada série do Ensino Médio. Tem espaço físico com área total do terreno de 10.375 m², doado ao estado de Santa Catarina. Uma área construída de 565,40 m², possuindo sete salas de aula e, além disso, uma sala que serve como secretaria e uma sala de professores, outra sala serve como laboratório de informática e biblioteca, existe ainda o *hall* de entrada com direção, um banheiro para professores, três banheiros femininos, três masculinos e um para o Pré-escolar. Além disso, possui três depósitos, sendo um de Educação Física, um de material expediente e outro para material de limpeza. Há uma cozinha com despensa para a merenda escolar. Uma quadra de esportes sem cobertura e sem iluminação, outro campo de futebol sete e uma minipista de atletismo.

O corpo docente da escola é composto por uma diretora, uma assistente de educação, seis professoras de Ensino Fundamental Anos Iniciais, dez professores de Ensino Fundamental Anos Finais, treze professores de Ensino Médio, duas merendeiras da Empresa SEPAT, uma Auxiliar de Serviços Gerais da Empresa Minister, sendo, portanto, terceirizadas. O corpo discente tem dezessete alunos da educação infantil (Rede Municipal), trinta e quatro alunos do ensino fundamental anos iniciais, trinta e dois alunos do ensino fundamental anos finais, cinquenta e dois alunos do ensino médio regular, totalizando cento e trinta e cinco alunos.

A escola tem como Meta Pedagógica: “Despertar no educando a autonomia por meio do conhecimento científico, considerando os valores construídos coletivamente de maneira cooperativa promovendo um diálogo construtivo entre família/escola/comunidade priorizando a formação integral do educando”. Como Função Social, a Escola tem como pressuposto a formação integral do educando. “Capacitá-lo para a inserção social crítica/transformadora na sociedade em que vive. Prepará-los para elevar seu nível de civilização atual, que saiba fazer uso das riquezas naturais, entenda os problemas da humanidade e consiga agir com ética e responsabilidade. Isto requer uma preparação científica, técnica, social e cooperativa”.

No que se refere ao objetivo de ensino e aprendizagem propõe-se a: “Promover o conhecimento científico por meio de uma prática pedagógica interdisciplinar e cooperativa, contribuindo para a formação de cidadãos críticos, participativos, cooperativos e

pensantes”. Entre os vários objetivos específicos, destacam-se, possibilitar ao aluno, além de autonomia, a capacidade de correlacionar os diferentes tipos de conhecimento, contribuindo para seu desenvolvimento intelectual, a educação cooperativa coletiva, a valorização e a importância da interação com as famílias.

Outro aspecto analisado é a concepção de ensino e aprendizagem e de currículo. Partindo do que indica o PPP, a escola existe para auxiliar o aluno a diferenciar o conhecimento científico do senso comum, sendo de interesse de toda a comunidade que novos conhecimentos sejam construídos ao longo dos anos de estudo. Por isso, o educador precisa inovar sua metodologia e sua postura diante da vida e dos fatos, oportunizando que o aluno se torne um crítico e agente de mudanças no contexto em que está inserido. É necessário desenvolver no educando a autonomia e a percepção de mundo, para que ele possa atuar nas questões de sua sociedade. Assim, compete à educação conduzir as jovens gerações no sentido de sensibilizá-las para o problema da ética como fundamento da vida humana.

A formação para professores deve ser constante, selecionando conteúdos de acordo com a realidade do educando, para que este possa defender os direitos humanos e a igualdade, dentro de uma sociedade democrática. Além dos conteúdos e procedimentos didáticos, a educação precisa integrar professor e aluno para transformações mútuas diante dos fatos, dessa forma, é possível verificar se o aluno se apropriou das aprendizagens propostas. O currículo é a potencial ferramenta que norteia e fundamenta as práticas pedagógicas dos professores e garante a qualidade do sistema de ensino. Com base nessa premissa, o estado de Santa Catarina apresenta o Currículo do Território Catarinense, alicerçado pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), o qual tem como meta “a aprendizagem e o compromisso de equidade na educação de toda a sociedade” (CBTC, 1998, p. 11). Por meio do planejamento didático, são fornecidos subsídios, os quais serão ampliados pelos educadores de acordo com cada disciplina ministrada, para que eles consigam desenvolver as habilidades, competências e atitudes nos estudantes, objetivando a construção de um cidadão para viver e agir na contemporaneidade.

De acordo com a análise do PPP sobre o Conselho de Classe Participativo, a escola realiza conforme a legislação a seguinte sistemática: na semana que antecede ao conselho de classe, é encaminhado para as famílias um questionário descritivo para que, junto dos seus filhos, preencham e respondam alguns questionamentos referentes ao processo de aprendizagem.

Neste sentido, a presença no Conselho de Classe Participativo ocorre por meio de

perguntas relacionadas ao componente curricular, organização da escola na gestão administrativa e pedagógica, as metodologias utilizadas pelos professores e solicita sugestão para melhorar o processo educativo na escola para os trimestres do ano letivo.

Também na semana anterior ao conselho de classe, a equipe gestora vai até as salas de aula, para que, junto com as turmas, avalie o processo de ensino e aprendizagem em cada disciplina durante o trimestre e elejam um representante para participar do conselho junto com os professores em data posterior. No dia do conselho de classe, cabe aos professores, à equipe gestora e aos representantes de cada turma dialogarem sobre o questionário preenchido pelas famílias, os pontos levantados pelas turmas e outras questões que se fizerem necessárias durante o processo de ensino/aprendizagem e elencar as ações possíveis a serem adotadas a fim de aperfeiçoar o processo.

3.3.2 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “B”

A escola “B” está localizada na área urbana-centro do município de Concórdia/SC, foi fundada em 12 de março de 1939, com atendimento nos diversos níveis e modalidades de ensino, a instituição oferta: Novo Ensino Médio; Curso Técnico em Informática; Curso Técnico em Administração; Curso Normal em Nível Médio - Magistério, com um total de oitocentos e noventa e quatro alunos distribuídos nos três turnos: matutino, vespertino e noturno.

A área construída da unidade escolar é de 10.224,70 m², possui uma área livre para construção de 2.320,00 m² e um terreno de 24.743 m². A estrutura é composta por três blocos de prédios. O prédio I apresenta três andares com salas de aula dos cursos: Novo Ensino Médio, Curso Técnico em Informática e Curso Técnico em Administração, além de banheiros masculinos e femininos. No prédio II, com um pavimento, há as salas de reuniões, orientação educacional, supervisão pedagógica, coordenação pedagógica e biblioteca. Anexo a esse pavimento, encontra-se a sala do grêmio estudantil, a sala de convivência, a sala dos livros didáticos, as salas de aula da 3ª e 4ª série do curso de magistério e a sala de orientação de estágio– curso de magistério. No prédio III, com quatro pavimentos, encontra-se o Laboratório *Maker*, dois Laboratórios de Informática, Laboratórios de: Química e Física, Laboratório de Matemática, Laboratório de Biologia, sala da memória, sala de *podcast*, sala dos equipamentos de Educação Física, um banheiro e sala do Auditório, compartilhado com o Centro de Estudos de Jovens e Adultos (CEJA). Além disso, há uma ala central com dois pavimentos: no 1º pavimento, funciona a sala de

direção, sala dos assessores de direção, sala de arquivos/secretaria, sala de xerox da escola. No 2º pavimento, está localizada a sala dos professores e o laboratório de informática. Em outro espaço, localiza-se a cozinha com refeitório, sendo que ele é insuficiente para o número de alunos, além de quadra coberta, ginásio de esportes, almoxarifado, sanitários para alunos, espaço da equipe de limpeza terceirizada, pátio coberto e quadra poliesportiva.

O corpo docente é composto por membros efetivos e professores admitidos em caráter temporário, graduados, pós-graduados, mestres e doutores que atuam em componentes curriculares diversos e/ou atuam como segundos professores. Ainda, a unidade escolar possui funcionários terceirizados que cuidam da limpeza e manutenção do ambiente escolar. O corpo administrativo é composto por um diretor geral, dois assessores de direção, três assistentes de educação, três assistentes técnico-pedagógicos, um orientador escolar, dois supervisores pedagógicos e um administrador escolar.

Pensando no número significativo de alunos que a instituição abarca anualmente, a proposta pedagógica institucional visa: “Construir conhecimento científico, de forma coletiva, articulado às tecnologias, vivências, valores éticos, morais e culturais”, articulado à meta objetiva: “Oportunizar condições de desenvolvimento aos estudantes, a partir de uma visão de mundo/sociedade equânime com abordagens significativas para aprimorar os conhecimentos construídos em sociedade”. Conhecer a realidade da escola e articular proposições de ensino ao objetivo da escola e da comunidade em que a escola está inserida é reconhecer as necessidades científico-educativas dos sujeitos que a escola atende.

A concepção de ensino e aprendizagem para escola é um processo que propicia diversas interações sociais, mediadas pela linguagem, possibilitando ao aluno a construção/apropriação dos seus próprios conceitos, embasados no conhecimento historicamente acumulado. A aprendizagem é a apropriação/troca de saberes e conceitos pelos estudantes e professores. O que docente e discente comungam são experiências que formam as subjetividades de pensamentos. Os professores por meio de estudos e debates assumem a concepção de aprendizagem “sociointeracionista”, a qual fundamenta que o conhecimento deve ser socializado numa perspectiva universal.

Levando em consideração o PPP da escola “B”, o conselho de Classe é um colegiado composto pelos professores da turma, pela equipe pedagógica da escola, pelos estudantes, pelos pais ou responsáveis legais, quando necessário, e presidido pelo diretor ou seu representante, acontecendo trimestralmente durante o ano letivo. O conselho tem função mediadora, é parte importante do processo avaliativo por reunir diferentes pareceres

profissionais e servir de subsídios para diagnósticos e recomendações pedagógicas. A partir da leitura, percebemos que não consta no documento como acontece o Conselho de Classe na escola, somente cita que ela segue conforme a Resolução nº 11/2022 – CEE, considerando aspectos relacionados à apropriação do conhecimento e evitando ater-se a questões subjetivas e comportamentais dos estudantes com representantes dos pais, alunos, professores e equipe diretiva com registro em ata.

3.3.3 Caracterização institucional e estratégias do conselho de classe da escola “C”

A escola está localizada na área urbana de um bairro do município de Concórdia/SC, foi fundada em 03 de março de 1960, com atendimento da educação básica, ensino fundamental anos iniciais, ensino fundamental anos finais e ensino médio, com um total de quinhentos e setenta e um alunos distribuídos em três turnos matutino, vespertino e noturno.

A escola possui uma área construída de 13.000 m², com terreno de 24.743 m². A estrutura é composta por três blocos de prédios. O I possui o setor administrativo com sala de direção e assessores, uma sala para secretaria, banheiros masculinos e femininos, uma cozinha terceirizada e refeitório, cinco salas de aula anos iniciais, uma sala de tecnologia, uma sala de atendimento educacional especializado, uma brinquedoteca, um depósito. No bloco II há cinco salas de aula dos anos finais, uma sala do pedagógico, uma biblioteca, uma sala de professores, uma sala de planejamento, banheiros femininos e masculino. O bloco III tem cinco salas de aula do ensino médio, uma sala de convivência, banheiros masculinos e femininos. Possui um ginásio de esporte, quadra de esporte descoberta, uma quadra de vôlei, parque infantil e ampla área verde.

O corpo docente é composto por membros efetivos e professores admitidos em caráter temporário, graduados, pós-graduados, mestres ou doutores que atuam em componentes curriculares diversos e/ou atuam como segundos professores. Além disso, a unidade escolar possui funcionários terceirizados que cuidam da limpeza e manutenção do ambiente escolar. O corpo administrativo é composto por um diretor geral, dois assessores de direção, dois assistentes de educação, um orientador escolar e uma supervisora pedagógica.

O PPP define como função da escola “possibilitar a todos o acesso à cultura, mediando a apropriação dos conhecimentos científicos, historicamente acumulados e construídos pela humanidade, na perspectiva emancipatória”. A meta da escola é

“redimensionar o processo de ensino e aprendizagem, oportunizando a efetiva apropriação dos conhecimentos científicos, sem perder de vista o educar para o exercício da cidadania (emancipação, sustentabilidade e cooperação)”. A concepção de ensino e aprendizagem afirma que “[...] o processo educativo necessita ser contínuo e constante, de modo a aproximar o aluno do conhecimento, viabilizando a apropriação dos saberes historicamente acumulados, além de oportunizar sua ampliação”. É de grande relevância permitir ao aluno, por meio da ação educativa, dar saltos na aprendizagem e no desenvolvimento, desafiando-o ao novo, aproveitando, de forma significativa, o tempo em sala de aula. O ensino e aprendizagem deverá acontecer por meio de uma relação democrática, entendendo-se o conteúdo como um instrumento para lutar por direitos, evitando as reivindicações sem conteúdo.

Sobre gestão participativa e democrática, o documento cita a importância dos processos democráticos, de planejamento coletivo, em que as decisões representem os interesses e os objetivos de toda comunidade escolar. Nesses termos, “assegura-se a construção de uma escola participativa e democrática, pautada nos pressupostos da ação-reflexão-ação” (PPP, 2023, p. 10).

Segundo o que consta no PPP da escola “C”, o CCP segue a Resolução CEE/SC nº 011/2022 e a Portaria SED nº 737 de 29/03/2023, como instância deliberativa e detém a responsabilidade de avaliar o processo ensino – aprendizagem. O Conselho de Classe é compreendido da seguinte forma:

- a) **1º momento** – Consiste no pré-conselho com a participação de todos os alunos de cada turma, juntamente com a Equipe Pedagógica que será realizado anteriormente ao Conselho de Classe Participativo, fazendo registro em “ata de formulário próprio” sobre o processo pedagógico.
- b) **2º momento** – O Conselho de Classe conta, inicialmente, com a participação dos estudantes e pais e/ou responsáveis, direção, equipe pedagógica e professores, para apresentar o relatório do pré-conselho, para discussão e encaminhamentos no processo de ensino e aprendizagem e questões apontadas relacionadas à turma e à escola. Em seguida, professores e equipe pedagógica fazem as deliberações necessárias sobre o processo pedagógico dos alunos e turmas, com base nas legislações vigentes. Assim sendo, são necessárias as novas oportunidades de aprendizagem, sucedidas de avaliação, simultâneas ao desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem do ano letivo que deverão ser implementadas. Todo o processo

deve ser registrado em ata.

c) **3º momento** – Caracteriza-se pelo momento em que a unidade escolar oportuniza à família o atendimento individual com os professores para a discussão e encaminhamentos do processo de ensino aprendizagem do estudante em plantão pedagógico, conforme consta no calendário escolar.

Ao final de cada um dos trimestres, o professor reunido no conselho de classe, terá a possibilidade de reavaliar os conceitos apropriados pelos estudantes, usando o campo CC. Ele deverá ser criterioso na atribuição da pontuação no campo CC, considerando aspectos relacionados à apropriação do conhecimento, sem ater-se a questões comportamentais/disciplinares dos estudantes.

A escola tem como critérios estabelecidos para averiguar o avanço em relação à apropriação de conceitos durante o ano letivo e auxiliar nas decisões: considerar o processo qualitativo durante o processo formativo do estudante; autonomia nas realizações das diversas atividades escolares; participação nos trabalhos desenvolvidos em grupo e interação com colegas; participação nos processos de discussões e reflexões críticas em sala de aula; envolvimento nas atividades interdisciplinares; observação do histórico do estudante considerando distorção/idade/ano/série; evitar reprovação em uma só disciplina; não restringir a avaliação aos aspectos comportamentais e disciplinares; estudantes retidos no ano letivo anterior não poderão ser reprovados em disciplinas que já lograram êxito, conforme legislação em vigor. Todos esses critérios estão baseados em legislação e contemplados na avaliação final do estudante e, no final do ano, o CC poderá reavaliar o estudante, atribuindo pontos no “CC *online*” que serão somados à média anual. Todos os pontos atribuídos aos estudantes constarão em ata, bem como os critérios utilizados, também será registrada nessa ata a justificativa dos casos de reprovação.

Convém repetir que a escolha deste tema se deu por perceber a necessidade da ressignificação do Conselho de Classe Participativo, sendo fundamental repensar a prática pedagógica no espaço escolar e um novo olhar para a avaliação do processo ensino e aprendizagem.

4 ANÁLISE DE GESTÃO DEMOCRÁTICA NO CONSELHO DE CLASSE PARTICIPATIVO DAS ESCOLAS PESQUISADAS

O objetivo deste capítulo é dialogar sobre o Conselho de Classe Participativo como um meio de avaliar o aprendizado de uma perspectiva formativa, considerando-o como um espaço coletivo para discutir, criar e elaborar práticas pedagógicas para melhorar o processo de ensino e aprendizagem, o capítulo busca examinar como essa instância e a gestão democrática são consideradas nos PPPs das escolas “A, B e C”.

Na escola “C” realizaremos uma análise mais detalhada como partícipe e análise documental com a seguinte reflexão dos momentos pedagógicos; quem prepara os momentos do Conselho de Classe Participativo; como são realizados esses momentos e quem o faz; como o profissional se prepara para esse momento pedagógico; quais as contribuições do Conselho de Classe Participativo para avaliação da aprendizagem dos alunos da escola; a experiência dos profissionais da educação com o Conselho de Classe Participativo em sua prática pedagógica nos anos de sua atuação.

Neste sentido, com os dados coletados durante a pesquisa, consideramos possível evidenciar se acontece participação dos segmentos alunos, pais e/ou responsáveis e professores na democracia e as possibilidades de intervenções no ato prático desse espaço para auxiliar na compreensão da eficácia das atribuições que são inerentes à equipe escolar.

4.1 Análise documental e a avaliação nas escolas pesquisadas

A partir da escolha das escolas e da pesquisa documental realizada, o objetivo foi realizar uma análise e reflexão do material coletado nos PPPs e nos documentos dos registros dos momentos de CCP fornecidos pelas escolas. A análise será de como é contemplado a proposta de gestão democrática e autonomia pedagógica no funcionamento do Conselho de Classe Participativo revelando concepções e práticas de avaliação da aprendizagem compreendida por professores e de que forma ele contribui para a avaliação da aprendizagem dos alunos. Cada escola faz do seu jeito seguindo as orientações da SED/SC sem ter um padrão, abordaremos a discussão que as escolas explicitam nos PPPs e nos documentos de registros complementares e de que forma é realizado o momento do Conselho de Classe.

Os documentos oficiais que foram analisados e normatizam as questões pedagógicas

das escolas, trazem orientações sobre o papel do Conselho de Classe e de como deveria ser a prática avaliativa vivida pela escola. Os documentos das instituições educacionais da rede pública de ensino de Santa Catarina, Projeto Político Pedagógico com as diretrizes para a Avaliação da Aprendizagem de Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais e Ensino Médio, sustentam a coerência nas orientações de forma a manter, em tese, a unidade de ações nos estabelecimentos de ensino. Os documentos apontam claramente a intenção de adoção da avaliação formativa.

Entretanto, os documentos não têm o poder de modificar as práticas já arraigadas em padrões classificatórios e excludentes. Durante a leitura e análise, percebe-se uma grande preocupação do coordenador pedagógico com a realização de projetos sociais, envolvendo os alunos em todas as etapas com foco no desenvolvimento da cidadania. Ao observar o projeto pedagógico, constatamos o tratamento metodológico, avaliação e recuperação do aluno em diferentes áreas, sendo apresentado no plano de gestão e no projeto político pedagógico.

O Projeto Político Pedagógico da escola indica que o conselho de classe realizado ao final de cada trimestre, seja constituído por toda a equipe que desenvolve a função pedagógica: diretor, assessor de direção, especialista e professores. A finalidade é analisar cada aluno e seu desempenho no trimestre, tomando as medidas cabíveis em cada caso para a melhoria da produtividade daqueles que não obtiveram o mínimo exigido para a aprovação, bem como analisar outras situações que forem necessárias. Conforme previsto no regimento escolar e no PPP, os Conselhos de Classe ocorrem trimestralmente na escola em quatro momentos distintos. As reuniões são realizadas em dias previstos em calendário escolar, conforme decididas em reunião no início do ano letivo e horários agendados para a participação das famílias.

Sendo assim, o Conselho de Classe Participativo da escola “A” em análise acontece nos anos iniciais e finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio da seguinte maneira: primeiramente a equipe pedagógica da escola faz um momento de escuta em cada turma sobre como são desenvolvidas as competências, habilidades e as atividades pelos professores em sala de aula, como a turma se engaja na participação dos momentos de discussão dos assuntos abordados pelo professor em sala de aula, sua colaboração quanto a disciplina e cumprimento de regras. Após, um representante é eleito para participar do conselho com os professores e equipe escolar. Aproveitando o momento, colhem-se sugestões possíveis de serem colocadas em prática para melhorias escolar.

Neste sentido, a participação no Conselho de Classe Participativo acontece através

de um questionário disponibilizado no *Google* formulário com perguntas direcionadas sobre o processo de ensino e aprendizagem, metodologias utilizadas pelos professores, sobre como a família auxilia nas atividades extraclasse dos seus filhos, avaliação do trabalho organizacional da escola na gestão administrativa e pedagógica, bem como, sugestões para melhorar o processo educativo da escola para os próximos trimestres do ano letivo.

No dia do conselho de classe cabe aos professores, à equipe gestora e aos representantes de cada turma dialogarem sobre o questionário preenchido pelas famílias, os pontos levantados pelas turmas e outras questões pertinentes que ocorrem durante o processo de ensino e aprendizagem e, a partir disso, elencar as ações possíveis a serem adotadas a fim de aperfeiçoar o processo.

Posteriormente, acontece o Plantão Pedagógico com data definida para entrega de boletins e nesse dia todos os professores de turma ficam à disposição de cada pai, mãe e/ou responsável fornecendo as informações necessárias e ressaltando os aspectos em que o aluno precisa melhorar, referentes à aprendizagem, disciplina e estudo, sempre salientando os aspectos positivos de cada educando. Nesse momento, a fim de que não haja nenhum constrangimento para nenhum dos segmentos da comunidade escolar, aqueles alunos que apresentam algum tipo de problema mais preocupante, tanto em nível de aprendizagem, relacionamento com professores e colegas, hábitos e atitudes, são atendidos, oportunizando com isso um diálogo mais individualizado.

Essa atitude contribui para que todos os partícipes se fortaleçam, além disso, possibilita a reflexão dos interesses democráticos para tomar consciência da profissionalidade e responsabilidade individual e coletiva ao desempenhar o nosso papel na política educativa durante o conselho de classe. Assim, Lima (2014, p. 1072) pontua que,

[...] a participação na decisão emerge como uma dimensão central da gestão democrática das escolas, não apenas pelos fenômenos de participação ativa que são típicos dos processos de organização e mobilização democráticas, mas também porque a participação verdadeira exige muito mais do que o acesso à informação e o direito a ser informado, a publicidade democrática dos atos, as propostas e sugestões, as auscultações e outros processos eventualmente despojados de poder de decisão.

Oportunizar a participação dos estudantes nos processos de gestão democrática é compartilhar esse poder, favorecer a ocorrência do debate, da reflexão, questionamentos e tomada de decisões, a partir do levantamento de problemas em favor de sua solução. Se aos estudantes é negada a possibilidade de um diálogo participativo dentro da própria escola,

não se mostram alternativas para uma formação política emancipatória com princípios democráticos.

Dando continuidade, descrevo a análise realizada na escola “B”. A equipe escolar solicita com data antecipada a participação dos pais e alunos no sentido de refletir sobre o processo de ensino aprendizagem dos filhos. Ouvir o outro, analisar, estruturar melhor nosso ponto de vista e discordar com argumentos, é nos permitir a abertura ao mundo do outro, a suas concepções, a suas necessidades, a suas diferenças. O exercício da escuta é um ato de cidadania que pode ser proporcionado no e pelo Conselho de Classe Participativo.

Demo (2001, p.70) corrobora com essa ideia quando afirma que “cidadania é uma qualidade social de uma sociedade organizada sob a forma de direito e deveres majoritariamente reconhecidos”. Para o autor, cidadania é um estado de direitos, pelo menos em tese, que iguala todos perante a lei e os reconhece como pessoas portadoras de deveres e direitos.

Diariamente exercitamos a cidadania por meio das relações com os outros, cabe à escola propiciar tal exercício por meio de ações pedagógicas que garantam ao aluno vivenciar situações nas quais ele exercite seus direitos e deveres, de forma que possa participar das decisões político-pedagógicas das quais ele é alvo e intervir conscientemente nelas. Participação é um exercício democrático, participando, o sujeito aprende a eleger, a delegar, a partilhar poderes, a prestar contas e a exigir prestação de contas, a cobrar seus direitos, a exercer seus deveres. Abrir espaço para a participação nos Conselhos de Classe é compartilhar o poder de alguém que historicamente já o possui pelo papel que exerce.

Para Lima (2016), “quando os sujeitos, sejam eles professores, pais ou estudantes, não têm clareza do que constitui uma gestão democrática, não participam de suas ações, não questionam e ficam suscetíveis a processos de gestão autoritários, que comprometem o exercício democrático na escola, mas que deveria estar a serviço de uma formação democrática e cidadã”. Todos os representantes da escola precisam ter garantido a valorização de suas participações, para ser efetiva, precisa ser qualificada, ou seja, não basta a presença numérica das pessoas porque o acesso está aberto, é necessário conceder informações e conhecimentos sobre o funcionamento das reuniões para que tenham eficácia e efetividade de uma forma geral, é necessário desenvolver algumas condições e articulações; é preciso dar peso a essa representatividade e, conseqüentemente, avaliar a importância de sua participação coletiva nos espaços de aprendizagem, do exercício de diálogo, e, de fortalecimento da cidadania. Todas as observações feitas pela comunidade escolar são registradas e assinadas para posterior análise e possível implementação no

ambiente escolar para a imprescindível qualidade de educação.

Após esse momento, os pais e alunos são dispensados e o conselho prossegue com a equipe gestora e pedagógica juntamente com os professores, realizando uma análise individual do aluno levando em conta seu progresso a partir do diagnóstico realizado no início do ano letivo. Os assuntos mais abordados pelos professores estão relacionados à gestão da sala de aula, sendo a indisciplina e a falta de interesse e participação nas atividades. Outro ponto destacado é a falta de apoio das famílias e as dificuldades de trabalhar com alunos que não foram alfabetizados e já se encontram nos anos finais do Ensino Médio. A discussão sobre os instrumentos das avaliações utilizados pelos professores é praticamente ausente. É perceptível, durante as reuniões, a dificuldade de apropriação dos resultados com o intuito de estruturar ações de intervenção e de monitoramento do trabalho escolar.

Apesar de as reuniões do conselho de classe acontecerem trimestralmente e ao final do ano letivo, este momento tem contribuído pouco para a reflexão sobre os resultados das avaliações internas e da prática pedagógica da escola. Além disso, com base nos registros de atas do Conselho de Classe Participativo há poucas informações sobre o que foi discutido. Existe um modelo padrão com espaços a serem preenchidos, que reúne informações básicas sobre indisciplina, infrequência e baixo desempenho, com um pequeno espaço para um detalhamento e um espaço para inserir nota de CC⁵. Vale ressaltar aqui, que os professores nas escolas mencionadas são resistentes em dar pontuação pelo desenvolvimento e ou pelo progresso formativo dos alunos nos dois primeiros trimestres, deixando esse incentivo para o último trimestre.

A prática de realizar registros detalhados sobre as decisões construídas nos conselhos de classe não é comum nas escolas “A e B”. Isso foi evidenciado nos registros de reuniões disponibilizados. Esses são fundamentais, pois permitem realizar o monitoramento e a avaliação do trabalho pedagógico desenvolvido, pensando também no desenvolvimento de metas posteriores. Para Luckesi (2011, p.183), “[...] o método da ação-reflexão-ação é uma necessidade para a realização o mais próximo possível da desejado, como meio de

⁵ Conforme Portaria Normativa nº 703, de 19/03/2024 que regulamenta os procedimentos e registros da Avaliação da Aprendizagem da Educação Básica e Profissional da Rede Pública Estadual de Santa Catarina e dá outras providências no Art. 9. §5º A pontuação atribuída soberanamente pelo Conselho de Classe será registrada em ata, que deverá ser anexada no Sistema SISGESC. Art. 10 A atribuição da pontuação no campo CC observará os aspectos qualitativos do processo de aprendizagem e desenvolvimento, tais como: a compreensão e o discernimento dos fatos, a mobilização dos conhecimentos para solução de problemas, a capacidade de análise e de síntese, além de atitudes, valores e habilidades para atividades práticas.

autodesenvolvimento”. O professor estar aberto ao coletivo, é aumentar suas chances de alcançar objetivos e obter sucesso em seu planejamento.

Concomitante a tudo isso, evidencia-se a necessidade do gestor estar aberto ao diálogo, às inovações, instigar a participação coletiva e exercer a liderança junto aos seus pares, de modo a garantir o calendário escolar, de estabelecer metas e objetivos para o trabalho pedagógico da escola bem como a dinâmica coletiva para concretizá-la, uma vez que, as decisões, quando coletivas, assumem uma qualidade maior do que as individuais representando de fato os anseios da comunidade escolar para que posteriormente tenhamos resultados satisfatórios no processo ensino e aprendizagem.

4.2 Planejamento e sua importância no ensino e aprendizagem na escola “C”

Ao falarmos dos condicionantes de uma gestão participativa na escola, início o texto pontuando o fato de estarmos nos referindo às condições objetivas em que se desenvolvem as práticas pedagógicas e suas relações democráticas no interior da unidade escolar. A pesquisa em trabalho tem como característica a construção da informação por meio da obtenção de dados descritivos coletados de documentos e como partícipe direta com a situação estudada. Esse fato permite acompanhar como acontecem os momentos de coordenações coletivas. A participação democrática tem sido exercida sob inúmeras formas no contexto escolar para a consecução de seus objetivos, podemos constatar que a equipe escolar visa a estabelecer relações favoráveis ao envolvimento democrático e participativo, com clareza na orientação dos princípios e a compreensão de suas implicações e responsabilidade por decisões tomadas na coletividade.

Não há dúvida de que a equipe gestora precisa ter como meta mediar encontros entre professores com objetivos de planejar e replanejar com intencionalidade, fazer uso da pesquisa como pressuposto metodológico, permitir aos envolvidos atividades em que sejam desafiados a aprender e a dialogar entre as áreas do conhecimento.

Saliento que, o professor é o mediador principal responsável pelo ensino, e conseqüentemente pela elaboração das atividades motivadoras que conduzirão à aprendizagem e como elas serão desenvolvidas, garantindo o desejo pela interação ativa e análise para elaboração dos conceitos científicos, bem como na organização de registros avaliativos diversificando estratégias de modo a poder acompanhar o percurso de aprendizagem.

A qualidade do trabalho pedagógico está condicionada à capacidade de promover

avanços no desenvolvimento do aluno baseado em seu potencial e no que ele poderá vir a saber. Para que ocorra a aprendizagem, é necessário que o professor promova, por meio da interação, a troca de experiências diversificadas e enriquecedoras instigando o interesse do aluno pelo conhecimento, para que ele perceba a importância do saber e sinta prazer em realizar as atividades, assim, assegurando a apropriação e a construção de conceitos científicos nas diversas áreas do conhecimento, que proporcionarão mudanças qualitativas na comunidade escolar. Dessa maneira, para Rabello e Passos (2014, p. 1),

Vygotsky enfatizava o processo histórico-social e o papel da linguagem no desenvolvimento do indivíduo. Sua questão central é a aquisição de conhecimentos pela interação do sujeito com o meio. O sujeito é interativo, pois adquire conhecimentos a partir de relações intra e interpessoais e de troca com o meio, a partir de um processo denominado mediação.

Nessa perspectiva, a aprendizagem com foco na interação assume uma compreensão dos contextos históricos culturais e sociais, em que o indivíduo aprende por meio do contato com a sociedade e sua interação com outros indivíduos. A partir do movimento mediado, o homem modifica o ambiente e o ambiente modifica o homem impulsionando a possibilidade de desenvolvimento e construção do conhecimento.

Para tanto, mediar com a finalidade de cumprir a função social da escola torna-se essencial para agregar elementos novos ao caminho já existente, determinar um planejamento coletivo com atividades de aprendizagem contemplando no processo a realidade do aluno, oportunizar um diálogo entre as áreas de conhecimento e novos aportes pedagógicos para enriquecer o percurso da atividade. Segundo Vygotsky (1994, p. 174),

os conceitos iniciais que foram construídos na criança ao longo de sua vida no contexto de seu ambiente social (Vygotsky chamou esses conceitos de "diários" ou "espontâneos", espontâneos na medida em que são formados independentemente de qualquer processo especialmente voltado para desenvolver seu controle) são agora deslocados para um novo processo, para nova relação especialmente cognitiva com o mundo, e assim nesse processo os conceitos da criança são transformados e sua estrutura muda. Durante o desenvolvimento da consciência na criança, o entendimento das bases de um sistema científico de conceitos assume agora a direção do processo (Grifos do autor).

Portanto, é absolutamente necessário empreender ações que envolvam o coletivo da escola para que se efetivem as práticas educativas na teoria histórico-cultural sem desprezar no processo educativo as dimensões do aluno, explorando toda a estrutura física, tecnológica e pedagógica da escola, o mediador pode fazer referência priorizando o que o

aluno pode aprender a fazer sozinho no futuro, com base no que já consegue fazer com sua ajuda hoje. Nessa perspectiva:

[...] a práxis educativa deve significar a emergência de novas formas de se lidar com o processo de ensino aprendizagem; com os conteúdos, métodos e técnicas, planejamento e avaliação, relação professor-aluno e gestão escolar; processos interativos como, por exemplo, gestão participativa, trabalhos em grupo, debates, seminários, etc, enfim, discussões e experimentos que proporcionem a troca, o intercâmbio, e avanço solidário (Santa Catarina, 1998, p. 10).

Visando ampliar o trabalho colaborativo entre a gestão pedagógica e os professores para apropriar-se de dados e construir ações de planejamento coerentes com a realidade dos alunos, propôs-se realizar o diagnóstico da situação ensino e aprendizagem das turmas e anexar no planejamento anual do componente curricular de cada professor, conseqüentemente tem-se como parâmetro para definição de competências, habilidades e conceitos a serem abordados durante o ano letivo com foco em metodologias e práticas que estimulem a participação dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

Luckesi (2011, p. 115) pontua sobre avaliação diagnóstica que,

[..] a avaliação deverá ser assumida como um instrumento de compreensão do estágio de aprendizagem em que se encontra o aluno, tendo em vista tomar decisões suficientes e satisfatórias para que possa avançar no seu processo de aprendizagem.

Nesse sentido, consideramos relevante e necessário buscar alternativas para que os professores vejam na prática do diagnóstico um importante meio para a produção de dados sobre a aprendizagem dos alunos, e se habituem a construí-lo como forma de conhecer os alunos no início do ano letivo, bem como de avaliar suas próprias práticas docentes, um recurso viável para a reflexão sobre a produção, com foco em metodologias e práticas que estimulem a participação dos alunos com dificuldade de aprendizagem.

A partir do diagnóstico estabelecido, a etapa seguinte é a construção do plano de ensino baseado nesse diagnóstico, planejando estratégias metodológicas diferenciadas incluindo ações que possibilitem a superação das dificuldades diagnosticadas pelos alunos, e que esses possam avançar nos processos de aprendizagem.

No que se refere a avaliação, diante de tantas possibilidades, é essencial pensá-la também como um instrumento diagnóstico de reflexão do processo de aprendizagem do aluno, detectando vários fatores que ocorrem durante seu percurso e que podem interferir buscando a possibilidade de sua transformação.

Um aspecto evidenciado na pesquisa da escola “C” durante o atendimento ao grupo de professores com a intenção que possam refletir sobre as dificuldades apresentadas pelas turmas, e propor ações coletivas a serem desenvolvidas por área, e também de forma interdisciplinar, é a dificuldade de realizar planejamentos coletivos, realizar um diagnóstico da situação das turmas e ainda de planejar atividades com foco em alunos com dificuldades de aprendizagem. O preparo das aulas é uma das atividades mais importante do trabalho escolar. Os profissionais da educação devem conhecer seus alunos, conhecer o contexto social, ter em seu planejamento bem claro os conceitos a serem atingidos, os conteúdos a serem trabalhados de modo que o aluno perceba a importância do que está sendo ensinado pela contextualização histórica, usando de metodologias inovadoras, bem como aliando a avaliação ao processo.

Assim, nesta ação, como partícipe do grupo gestor, a proposta de encontros utilizando a carga horária semanal do professor para acompanhamento dos planejamentos, conversas sobre as dificuldades relacionadas aos alunos utilizando dados das avaliações e informações do trabalho por meio de interações face-a-face é essencial. Para tanto, Luckesi (2011, p.124) afirma que “o ato de planejar é a atividade intencional pela qual se projetam fins e se estabelecem meios para atingi-los. Por isso, não é neutro, mas ideologicamente comprometido”.

Partindo deste pressuposto, o monitoramento e o acompanhamento do planejamento docente é realizado pela supervisora escolar e a assessora de direção responsável pelo setor pedagógico que, inicialmente, por meio de análise do sistema SISGESC - Professor *online*⁶, observa os planejamentos inseridos, a descrição das aulas preenchidas diariamente pelos professores, confere as informações obtidas nas visitas e conversas realizadas nas turmas sobre o aprendizado e a partir desses dados, um relatório para posterior conversa e orientação é realizado.

A prática da interação do coordenador pedagógico com os professores durante o planejamento é uma ação construída em conjunto, busca transformar práticas, negociando ações e todo o resultado deve ser claramente observado na ação e na transformação do outro, Vasconcellos (2004) comenta que o trabalho do professor não se dá no isolamento, por isso, a coordenação pedagógica semanal é uma ótima oportunidade de desenvolvimento

⁶ Plataforma professor online (professoronline.sed.sc.gov.br), instituído nas escolas estaduais de Santa Catarina, no qual o professor registra, além da frequência e das notas, os conteúdos e as atividades propostas nas turmas. E o estudante e seus pais ou responsáveis poderão acompanhar o desempenho pela plataforma estudante online (estudanteonline.sed.sc.gov.br). Os coordenadores pedagógicos e o diretor têm um perfil de acesso no SISGESC (Sistema de Gestão Educacional de Santa Catarina) a todas as turmas e disciplinas para acompanhamento, análise e intervenção.

do trabalho coletivo.

Neste contexto, a ação de acompanhar e monitorar o planejamento docente pela equipe gestora e pedagógica possibilita verificar os processos de ensino e aprendizagem que estão sendo praticados nas turmas e a efetividade destes. Além disso, contribui para o aperfeiçoamento do trabalho docente, pois permite identificar os profissionais que precisam de apoio, com a possibilidade de fazer intervenções, no sentido de auxiliar os docentes a encontrarem estratégias pedagógicas mais eficazes para cada turma.

Em função das evidências citadas na Proposta Curricular de Santa Catarina, destaco que o sujeito aprende por meio de práxis que provocam o interesse pela troca e socialização e ideias, dos conteúdos selecionados pelo mediador, de atividades proporcionando momentos de reflexões a fim de reestruturar níveis de conceitos e habilidades superiores.

O professor, com o seu papel de mediador da aprendizagem, tem como principal função proporcionar ao aluno a possibilidade de experimentação de novas alternativas de interação das informações e de resolução de problemas permeando estratégias que contemplem a participação de todos na proposta, de modo a promover no ambiente escolar um aprendizado compartilhado e colaborativo, com vistas à ampliação da autonomia.

O texto de Damiani (2008, p. 219) indica que

[...] o desenvolvimento de atividades de maneira colegiada pode criar um ambiente rico em aprendizagens acadêmicas e sociais tanto para estudantes como para professores, assim como proporcionar a estes um maior grau de satisfação profissional. O trabalho colaborativo possibilita, além disso, o resgate de valores como o compartilhamento e a solidariedade – que se foram perdendo ao longo do caminho trilhado por nossa sociedade, extremamente competitiva e individualista.

A partir da exposição, o trabalho colaborativo é importante tanto para alunos quanto para os professores e com maior sucesso se estiver alicerçado ao PPP e com uma gestão democrática. Sobre esse enfoque, o professor em sala de aula na concepção de mediador deve estimular as habilidades ainda em desenvolvimento, proporcionando momentos de discussões, de escuta do aluno, entender suas necessidades, decidir os diferentes caminhos ou situações para abordar o conteúdo, desafiar limites, possibilitar a construção de meios para ir em busca de novos saberes, oportunizando ampliação e aquisição do conhecimento sistematizado.

Nesse sentido, os momentos de estudo com análise do contexto são cruciais para perceber se a escola está cumprindo com sua função social e se reconhece em seu caráter

mobilizador. As políticas educacionais precisam ser interpretadas com a participação de todos os sujeitos que integram a escola. Para Gatti (2010, p. 1375), a formação continuada deve ser pensada “[...] a partir da função social própria à escolarização – ensinar às novas gerações o conhecimento acumulado e consolidar valores e prática coerente com nossa vida civil”.

São indispensáveis formações frequentes e planejadas para analisar situações cotidianas do espaço escolar (fazer relatos, observações da história local, troca de experiências). Tal postura, por parte do profissional coordenador pedagógico, busca estratégias para superar desafios cotidianos de forma coletiva e não aceitar passivamente as políticas educacionais ou ainda interpretá-las de forma arbitrária.

Para garantir o currículo com práticas de sistematização de saberes e qualidade de ensino na escola, o papel do coordenador pedagógico é intervir no cotidiano escolar propiciando um movimento de reflexão entre os conteúdos através de atividades com orientações didáticas, com práticas inovadoras e materiais de apoio necessários aos processos de avaliação e períodos de planejamento, pois é fundamental ter clareza que a aprendizagem não se concretiza em razão dos improvisos.

Portanto, estimular os alunos é imprescindível e essencial durante o seu desenvolvimento. A interação diária, fazendo com que realizem determinadas atividades com prazer, possibilitam aos alunos a apropriação do conhecimento, no entanto, essa possibilidade pode se concretizar de forma mais eficiente com a colaboração da família e do seu entorno, pois teremos um significado diferente diante da mesma experiência para cada aluno, para um é a voz do professor falando, para outro é a escritura, é o texto, é a palavra escrita, para outro é a palavra com a imagem, o outro é uma audição, para alguns a complementaridade, para alguns uma dimensão é suficiente, como o professor poderia eleger o suficiente, o melhor caminho que vai direcionar ou conduzir o aluno a aprendizagem.

Nesse contexto, Luckesi (2014, p.102) afirma que, “Ensinar”, porém, assemelha-se à conduta do jardineiro que prepara o terreno, semeia suas sementes e cuida de todas para que germinam, cresçam e produzem frutos. Aquelas que apresentam mais dificuldades, mais atenção e cuidados merecem”.

A escola, em suma, é a preparação para a vida comum e compartilhada, não é impulsionar carreiras solo, o êxito individual, é o espaço da construção de solidariedades, do estabelecimento de cumplicidades recíprocas que viabilizem a construção de um mundo humano comum, naturalmente tolerante, sensível, solidário, orientado ao amor e a

compaixão. “Sem um exercício de ensinar e aprender ativamente, o ser humano não adquire habilidades e competências necessárias à vida individual e coletiva” (Luckesi, 2014, p.104).

A implementação dos propósitos implica um caminho lento pois, em sala de aula, cada um tem seu tempo de aprender. Nos processos de aprendizagem, o aluno por vezes erra para aprender, nessa dinâmica, nós, professores, somos aprendentes, caminho natural sem manual e seguimos resilientes. O professor deve fazer uso de vários recursos para apostar no aprender, a partir do trabalho, o sujeito é convidado a aprender, mas, o caminho é difícil, doloroso e por vezes, frustrante.

Se planejarmos algo a ser ensinado e se efetivamente ensinamos, necessitamos saber se os estudantes aprenderam satisfatoriamente o que ensinamos, à medida que o que importa na escola é “aprender”. Para tanto, praticamos a avaliação do desempenho dos estudantes na aprendizagem dos conteúdos ensinados e em ensinamento. Ato que implica (01) descrever e (02) qualificar a realidade; podendo-se (03) intervir na realidade, tendo em vista corrigir a qualidade dos resultados obtidos, quando não satisfatórios (Luckesi, 2014, p. 104-105. Grifo do autor).

Nesse contexto, é fundamental propor um planejamento pensando nas diversidades de sala de aula, sabendo que, aprender antes de tudo é desconstruir algumas certezas, hipóteses, convicções e sempre ir reformando, remodelando ideias e pensamentos. O professor deve também pensar no tempo pedagógico e na evolução do aluno, além de proporcionar momentos e formas diferenciadas de avaliação, com abordagem e reflexão acerca dos resultados obtidos. Esses são momentos que permitem que os profissionais ao longo da carreira docente, impulsionadas pela reflexão sobre a ação pedagógica, evoluam a sua práxis pedagógica. Professores são facilitadores do conhecimento para que os alunos tenham competências e habilidades mínimas de aprendizagem para formação de um cidadão crítico, tolerante perante as diferenças e inquieto com as desigualdades, capaz de intervir na sociedade.

Mas, por vezes encontramos a resistência do aluno, que não gostariam de estar na escola. Isso acontece porque ele é um ser passivo frente ao educador, como uma subjetividade, singularidade. Ele estranha, resiste porque aquele novo saber é algo que traz algum sofrimento, por vezes os professores falam de questões relacionadas às crenças, sexualidade, das relações com os pais e com o outro, essas várias dimensões do aprender podem causar dor, efeitos e responsabilidade. Então, sem a resistência do aluno a aula torna-se um monólogo do professor pois, ele também é revisor de si mesmo, sempre numa relação de tensão com aquilo que sabe e faz. Luckesi (2013, p. 136) diz que “para agir

como educador, importa ter claro que os dois autores do processo ocupam e realizam papéis diferentes com responsabilidades completamente diferentes, ainda que, como cidadãos, sejam sujeitos de direitos e deveres, em pé de igualdade, complementando que “o educador é o adulto da relação pedagógica”.

Para que o ato de planejar tenha possibilidades e experiências com caminhos diferenciados para a aprendizagem, a equipe pedagógica da escola deve acompanhar o planejamento dos professores. Em análise na escola “C” percebe-se que ainda alguns professores têm resistência para esse momento de diálogo, levam como uma crítica e não como sugestões para melhor encaminhamento de sua aula. Em análise, percebe-se que alguns profissionais não respeitam o prazo estabelecido pela SED para postagem do planejamento de ensino, nessa situação é contraditório com a cobrança realizada por eles em sala de aula, quando exigem o prazo de devolutiva das atividades feitas para os alunos, falta de “responsabilidade”. As horas obrigatórias destinadas ao planejamento dos professores, precisam ser organizadas pela equipe gestora e pela equipe pedagógica, para que ações coletivas possam ser realizadas com o intuito de promover melhorias no trabalho escolar. Diante deste cenário, esclarecer que a equipe pedagógica da escola é reduzida e devido vários atestados diariamente do quadro de professores, fica por vezes a função da supervisora escolar que seria, orientar ações pedagógicas e essencialmente educativas, em, cumprir outras tarefas administrativas, desafio enfrentado pelas escolas.

Neste processo, ressalta-se a importância de realizar intervenções coletivas, rever o currículo, estruturar planos de ação e consolidar estratégias no projeto político pedagógico a fim de que as situações pedagógicas planejadas oportunizem aprendizagem significativa e comprometida com uma educação de qualidade.

Assim, deve-se acrescentar que a instituição que permite realizar na coletividade uma reflexão e avaliação das ações construídas, reconstruídas e realizadas na comunidade escolar durante o período de consolidação do PPP, tem com certeza a possibilidade de obter maior qualidade e sucesso em suas conquistas pedagógicas, fazendo valer as decisões e a participação democrática dos segmentos da escola no processo ensino e aprendizagem.

4.3 Conselho de Classe Participativo e a avaliação na escola “C”

O objetivo aqui é apresentar a discussão dos resultados da análise de dados

descritivos coletados de documentos e como partícipe⁷ direta com a situação estudada, esse fato permite acompanhar, analisar e compreender criticamente como acontece os momentos de Conselho de Classe, os registros e seus estranhamentos na escola. O fato de a pesquisa ter como característica a construção de dados descritivos obtidos, relatando a situação de como ocorrem as coordenações coletivas e como são desenvolvidas as reuniões do Conselho de Classe Participativo. Nessa questão, quais transformações ocorreram quanto aos sujeitos e os papéis que assumem, a construção do objeto, instrumentos utilizados, regras estabelecidas, a divisão do trabalho juntamente com a participação da comunidade nesta atividade.

Nesta direção, no início do ano letivo de 2024 na escola “C” proporcionou-se uma semana pedagógica de estudo, com textos envolvendo gestão democrática com reflexão e ajustes necessários ao Projeto Político Pedagógico da escola, análise da portaria de referência sobre avaliação da aprendizagem e Conselho de Classe Participativo, as fichas e atas para os registros de momentos direcionados para discussão e análise da avaliação do processo ensino e aprendizagem dos trimestres durante o ano letivo.

O Conselho de Classe está organizado em reuniões trimestrais ao longo do ano letivo, dispostas da seguinte forma: uma reunião no início do ano letivo para diagnóstico das situações de aprendizagem vivenciadas de cada turma; duas reuniões para acompanhamento pedagógico; e uma última para efeito promocional dos alunos, ou seja, onde são analisadas e divulgadas as aprovações e retenções dos alunos. Durante a semana em que se realizam os Conselhos de Classe, nos dias de Conselho de Classe Participativo a escola fica com as aulas suspensas, o que não prejudica alunos e professores, pois essa carga horária está prevista no calendário, respeitando se cumprindo os 200 dias letivos. As reuniões são marcadas com horários definidos para cada turma para melhor participação dos envolvidos nos momentos de análise e reflexão que acontece no coletivo do processo ensino e aprendizagem.

Nesse sentido, quando discutimos a gestão democrática e a qualidade de ensino, devemos ter em mente que a democracia é um processo em permanente construção e defende o direito de participação de todos em todas as decisões que favoreçam a qualidade de vida na comunidade escolar. Nesse contexto, a discussão e construção coletiva de instrumentos para avaliar os envolvidos durante o processo é essencial. Para tanto,

⁷ Eu como assessora de direção da escola “C” destaquei na condição de pesquisadora o trabalho que vem sendo realizado. São observações feitas na sobre o trabalho desenvolvido na organização pedagógica da escola e a inclusão de algumas falas pela relevância que as mesmas têm para o tema estudado.

iniciamos os estudos sobre o Conselho de Classe, os profissionais participantes foram convidados a analisar como foram realizados os conselhos e os registros no ano de 2023 da escola “C” e as mudanças que podem ser realizadas para que todos os segmentos sejam envolvidos nesse momento pedagógico avaliativo.

Como assessora de direção e coordenadora dos trabalhos tivemos na ocasião a escuta de falas dos profissionais de como se preparam para os momentos de Conselho de Classe:

Me preparo no primeiro momento para um diálogo com alunos, pais, colegas professores, equipe pedagógica e gestão sobre questões que influenciam os partícipes no processo de aprendizagem, depois a partir dos meus registros peculiares de cada turma, analisar as dificuldades, ouvindo opiniões de colegas, entender algumas dificuldades de alunos e juntos conseguimos encontrar soluções para melhorar o trabalho (Professor 01, 2024).

O Conselho de classe é um momento de reflexão da situação de cada turma, analisando alguns casos de alunos com maiores dificuldades, notas baixas e comportamentos inadequados. As contribuições são que nos possibilita uma visão mais ampla de cada turma, podendo analisar algumas individualidades que acontecem nas demais disciplinas. Acho muito produtivo o conselho de classe participativo e a interação com os pais (diálogo) pois, é possível orientá-lo sobre algumas situações que acontecem e também solicitar auxílio no ensino aprendizagem dos alunos (Professor 02, 2024).

Observo que é um momento único em que é possível rever situações aproximando a escola da família professores e pais passam a compartilhar da vida do aluno filho traçando metas revendo a situação de vida notas comportamento caminhada estudantil de fato esse momento é a avaliação (Professor 03,2024).

Dessa forma, a função do diálogo é proporcionar um clima de segurança que desperte o interesse e a confiança. É uma importante fonte de produção de informações e deve ser construído de forma a ouvir os professores para posteriormente, escolher o caminho a partir de toda a história da escola.

Desse modo, o CCP deliberado não pode estar embasado em opiniões e interesses pessoais ou de grupo, é preciso que haja muita reflexão sobre o que se tem feito e o que ainda se pode fazer, isso demanda compromisso e colaboração. O professor sozinho, possivelmente não conseguirá observar e apreender o aluno como um todo, o CC permite que isso aconteça no momento em todos os professores apresentam suas observações, dúvidas e queixas diante do grande grupo e todos colaboram com a avaliação tendo como foco um objetivo comum: melhorar o andamento das aprendizagens dos alunos.

No decorrer da reunião e análise documental citada no capítulo 3, percebe-se que não se tem uma análise realizada pelos alunos sobre as metodologias utilizadas pelos professores e posterior aos momentos de Conselho de Classe, e também não há uma

devolutiva aos alunos das reflexões e encaminhamentos para o próximo trimestre. Em concordância com Dalben (2004, p.27), verificamos que essa prática é comum: “professores e alunos, em Conselho de Classe tendem seriamente a explicar e justificar resultados alcançados ao longo de um tempo, muito mais do que buscar alternativas de superação”.

Considerar que o Conselho de Classe é um instrumento de avaliação formativa que agrega diferentes óticas e posicionamentos num espaço de encontro, que tem por objetivo avaliar o desempenho do aluno de forma que se desenvolvam reflexões conjuntas sobre as práticas pedagógicas existentes a fim de criar encaminhamentos que possibilitem melhores apropriações de conhecimentos, é compreendê-lo como instância fundamental na escola.

Assim, estudamos uma reorganização de Conselho de Classe para posterior avaliação no próximo ano letivo: Primeiro momento constituído: avaliação do trimestre, a assessora de direção responsável pela parte pedagógica da escola, juntamente com a coordenação pedagógica, irá para sala para um diagnóstico da turma realizado pelos próprios alunos e das práticas pedagógicas dos professores. Segundo momento: Conselho de Classe Participativo, alunos, pais, professores, gestão e equipe pedagógica reúnem-se para análise do processo ensino aprendizagem.

A concepção democrática de escola respeita a participação dos educandos, educadores, equipe pedagógica, pais e órgãos colegiados para que seja construído um ambiente de coletividade na construção do processo educacional capaz de melhor construir conhecimentos.

A partir dessa lógica, Paro (1992, p. 260) enfatiza que

[...]quando falamos em participação da comunidade, estamos preocupados com a participação na tomada de decisões. Isto não elimina, obviamente, a participação na execução; mas também não tem este como fim, mas sim como meio, quando necessário, para a participação propriamente dita, entendida esta como partilha do poder.

A construção do conhecimento se dá por meio da liberdade de expressão de ideias, sentimentos e da participação responsável. O professor que assume essa postura pedagógica, cuja ação se embasa no diálogo, sabe ouvir e conhece a realidade dos alunos. Pode-se dizer que a construção do conhecimento se dá por meio da discussão e da experimentação.

Em continuidade, ainda no terceiro momento após a dispensa dos pais, a reunião se

dará com professores, equipe pedagógica e gestão para a avaliação do trabalho do professor e do aluno em sala de aula embasada na competência, auxiliando-os na tomada de decisões que nortearão as necessidades específicas de aprendizagem, com reorientação pedagógica.

O quarto momento realizado pela assessora de direção e supervisora escolar, que tem como função coordenar e orientar os professores para adequação da sua prática, agendará um encontro individual com um cronograma divulgado antecipadamente que acontecerá nas suas horas atividades para análise conjunta dos depoimentos das turmas e adequação e reorganização quando necessária. Saliento que, não vai colocar em xeque o poder e autoridade do professor, ao contrário, vai auxiliá-lo a pôr em prática uma proposta pedagógica participativa.

O quinto momento, não menos importante, acontece com o retorno à sala de aula pela equipe para a devolutiva do que foi tratado no Conselho de Classe e possíveis redirecionamento para melhor processo de ensino aprendizagem. Cito que toda essa dinâmica que é desenvolvida através de fichas que serão preenchidas pelos responsáveis de cada momento e ao final constando a assinatura de todos os partícipes e arquivadas na escola na pasta pedagógica do corrente ano. Saliento que consta no Projeto Político Pedagógico da escola - Conselho de Classe.

O sexto e último momento Plantão Pedagógico, a unidade escolar oportuniza à família o atendimento individual com os professores para a discussão, apontamentos e encaminhamentos do processo de ensino e aprendizagem do estudante, conforme consta no calendário escolar.

Aliados à intencionalidade, a gestora deve ter a coordenação pedagógica como parceira na busca de ações que garantam a gestão democrática e coletiva dos atores na construção da história institucional, planejando e estabelecendo alguns eixos que se pretende implementar coletivamente ações estabelecendo relação de acolhimento entre escola – comunidade – família, para que sejam parceiros com ações sólidas para que posteriormente, resultados satisfatórios no processo ensino e aprendizagem.

O acolhimento integra, o julgamento afasta. Todos necessitamos de acolhimento por parte de nós mesmos e dos outros. Só quando acolhidos, nos curamos. O primeiro passo para a cura é a admissão da situação como ela é. Quando não nos acolhemos e/ou não somos acolhidos, gastamos nossa energia nos defendendo e, ao longo da existência, nos acostumamos às nossas defesas, transformando-as em nosso modo permanente de viver. Em síntese o ato amoroso é acolhedor, integrativo, inclusivo (Luckesi, 2011, p. 205).

Neste movimento, a gestão democrática é fator determinante para o sucesso e

envolvimento de toda a comunidade escolar, estabelecendo um trabalho em conjunto com toda equipe escolar com acolhimento, tendo a coordenação pedagógica a frente de elaboração de pautas e condução das reuniões com temas relevantes para que tenhamos os objetivos de aprendizagem, planejamentos e acompanhamento dos projetos institucionais, que possam enriquecer as formas de trabalho e divulgação da escola.

Após estudos, acontece o primeiro momento de Conselho de Classe pela equipe pedagógica na escola “C” em cada turma, registrado em ficha o levantamento de informações sobre o trabalho realizado em sala de aula. Esse registro permite a organização das informações e possibilita às equipes gestora e pedagógica a construção de um diagnóstico da turma a partir dos momentos de discussão com alunos sobre como são abordados os conteúdos pelo professor em sala de aula, enquanto alunos qual a sua colaboração e cumprimento de regras, acontece a diversificação das metodologias utilizadas pelo professor.

Este momento de avaliação do trabalho do professor é de suma importância para a reorganização do trabalho pedagógico posteriormente. Envolver o aluno no processo, proporciona a construção da autonomia, pois nesses momentos, ele vivencia a liberdade de pensar, expressar e discutir sobre o trabalho pedagógico e avaliação da qual ele costuma ser o único alvo. Pensar que os alunos não sabem avaliar o trabalho pedagógico constitui um equívoco.

A partir destas considerações, é possível vislumbrar a importância da função do coordenador na escola, de modo a descortinar as questões referentes ao trabalho e relações que ocorrem no espaço escolar, que não pode ser neutro, mas sim, espaço de discussão sobre políticas públicas que transformam a práxis pedagógica e a gestão escolar.

O método da práxis pedagógica, caracterizado pela autoformação e formação coletiva, compreende um processo metodológico de observação da prática, por sua vez registrada e refletida de forma sistemática. Dessa forma, o processo de investigação revela-se ao mesmo tempo em um processo também de formação, pois na medida em que os professores investigam e refletem sobre suas práticas, também se transformam (Consalter, Favero e Tonieto, 2019, p.10).

Ressaltando que o trabalho do coordenador pedagógico tem por objetivo potencializar o processo de aprendizagem dos estudantes e aprimorar o fazer pedagógico dos professores, o que muitas vezes é prejudicado pelo excesso de atribuições ou atividades puramente administrativas repassadas a este profissional. Conforme fala do coordenador no momento da semana pedagógica,

O desafio do coordenador é grande pois, por vezes minha função fica no “faz tudo” na escola, apagar incêndios” conversar com alunos sobre indisciplina, fazer recados, sou um profissional sempre presente para atuar nas emergências ou situações administrativas que não fazem parte das atribuições um trabalho superficial, sem valor pedagógico (Coordenador, 2024, p. 1. Grifo do autor).

Contudo, ele é um dos responsáveis pelos processos de mudança que ocorrem na escola, viabilizando, integrando e articulando o trabalho pedagógico coletivo com professores, alunos, pais e apontando estratégias para que os responsáveis possam auxiliar seu filho na produção de conhecimento. Para fortalecer a reflexão sobre a prática, é imprescindível que as ações se sustentem numa metodologia da práxis, sendo mediador no processo ensino (professores) e aprendizagem (estudantes), ou seja, aspectos pedagógicos devem ser o foco do trabalho deste profissional.

Para tanto, o supervisor necessita conhecer os docentes que atuam no mesmo espaço de trabalho, bem como o contexto sociocultural dos estudantes que se inserem na escola. A despeito disso, reforça-se a tese de que o supervisor, os docentes e os estudantes são sujeitos ativos do processo de escolarização que, em hipótese alguma, podem ser excluídos do conjunto das ações e das práticas pedagógicas, desde o seu planejamento até a execução, a avaliação e o replanejamento, caso necessário (Sartori e Marcon, 2021, p. 123).

Mesmo que a participação ainda não seja a ideal, ao abrir as portas à entrada de pais e alunos para discutir os processos pedagógicos, quebram-se algumas barreiras que estão sendo transpostas, isto é, os pais estão adentrando os muros da escola, agora para participar efetivamente.

Não podemos ser ingênuos e imaginar que essa participação será construída sem discussão e aceita facilmente por aqueles que historicamente exerceram o poder. Trata-se de

um processo lento e doloroso, pois o que temos que fazer não é inverter a ordem vigente, ou seja, o pai entrar na escola e passar a exercer o poder. Temos que aprender a compartilhar esse poder.

Assim, o segundo momento do Conselho de Classe Participativo, busca pela participação por vezes com conflitos, tensões, distanciamentos e compreensões nos discursos durante a reunião, a transformação e a construção de um processo complexo nos momentos de socialização com decisões no coletivo, partilhando o poder e todos assumindo o compromisso e responsabilidades sobre o andamento pedagógico e administrativo da escola e da avaliação dos alunos. O fio condutor do discurso passa naturalmente de um participante para o outro ou, também, pela retomada com o objetivo de acrescentar

variações, elaborações, compartilhando experiências. Abre espaço para os presentes apontarem pontos positivos da escola como um todo, ou seja, o que existe de potencialidades na escola e os aspectos que precisam ser melhorados, pois a escola, assim como as pessoas, é dotada de qualidades e carências e/ou deficiências.

Aceitar que pais e alunos interfiram com opiniões e ou sugestões em espaços pedagógicos requer que a escola reveja normas, atitudes e estruturas que definem as relações sociais e que já estão postas pela sociedade. Neste momento os participantes verbalizam suas opiniões, com sequências explicativas e argumentativas pautadas em situações diárias ou valores referentes ao processo de ensino. Não podemos nos esquecer de que a escola é uma instituição que reproduz as características ideológicas da sociedade na qual está inserida, no caso da sociedade brasileira.

O Conselho de Classe é um espaço de reflexão em que a comunidade escolar discute e propõe ações pedagógicas eficazes, a fim de resolver as necessidades e as dificuldades mencionadas no processo de ensino aprendizagem dos alunos.

Especificamente com relação às possibilidades da mudança institucional pode ser estrategicamente adequado seu funcionamento, facilitando o conhecimento mútuo, a identificação com o outro, a aprendizagem compartilhada, a não avaliação como punição e julgamento, mas, como diagnóstica e com possibilidades de acolhimento, e a promoção de confiança e empatia. Sobre a avaliação Luckesi (2011, p. 205) define,

A avaliação da aprendizagem como um ato amoroso, no sentido de que a avaliação, por si, é um ato acolhedor, integrativo, inclusivo. Para compreender isso, distinguir avaliação de julgamento. O julgamento é um ato que distingue o certo do errado, incluindo o primeiro e excluindo o segundo. A avaliação tem por base acolher uma situação, para, então (é só então), ajuizar a sua qualidade, tendo em vista dar-lhe suporte de mudança, se necessário. A avaliação, como ato diagnóstico, tem por objetivo a inclusão e não a exclusão e não a seleção (que obrigatoriamente conduz à exclusão). O diagnóstico tem por objetivo aquilatar coisas, atos, situações, pessoas, tendo em vista tomar decisões no sentido de criar condições para obtenção de um maior satisfatoriedade daquilo que esteja buscando ou construindo.

Dessa forma, dentro de uma pedagogia crítica, através do apoio e construção mútua, o profissional aprende a desafiar suas falhas e também confiar nos pontos fortes e completando, através das trocas de experiências com colegas de trabalho, as atividades diversificadas para avaliação. Portanto, repensar a avaliação é processo que permite o

diálogo acerca dos objetivos da escola contemplados no Projeto Político Pedagógico, considerando a história de vida do aluno, a ética, a política do professor, o comprometimento dos pais, a articulação da equipe diretiva, a metodologia e o currículo, para poder nela investir.

Nesse contexto, uma gestão democrática, que favoreça a participação da comunidade escolar com diálogos desencadeados no Conselho de Classe Participativo fará com que pais, alunos e professores conheçam a realidade escolar, constitui uma forma de se quebrar a postura autoritária da educação, pois abre espaço para reflexão e análise em conjunto de questões pedagógicas, buscando, no coletivo, a aprendizagem no alicerce do “diagnosticar“, torna-se uma exigência para o avanço e inclusão do aluno a partir do seu potencial e/ou dificuldade nas diversas áreas do conhecimento, efetivando metodologias acolhedoras na avaliação, baseadas em uma dinâmica que favoreça o ato amoroso para feedback, deixando de fazer uso de instrumentos de punição e julgamento mais rigorosos com os alunos.

Neste sentido, é valioso proporcionar aos professores a interação entre as áreas de conhecimentos para trocas de experiências pedagógicas e planejamento coletivo com a finalidade de selecionar conceitos essenciais para que se promova aprendizagem significativa na escola. Porém, percebe-se que a elaboração do planejamento de ensino é feito pelos professores individualmente, por diversos motivos professores que trabalhavam apenas vinte horas semanais, isto é, estando na escola apenas no horário da regência de classe, não participavam das coordenações coletivas e nem dos Conselhos de Classe, o que provocava um esforço dobrado para a equipe pedagógica que os atende em dias diferenciados. Além disso, há a prática, executada por professores, da construção de um planejamento sem levar em consideração o diagnóstico realizado, ou seja, sem considerar as características e as potencialidades de cada grupo e por vezes executados em outras unidades escolares.

No contexto escolar, o professor trabalhar de forma colaborativa permite conviver com o outro, esses vínculos fazem com que o aluno tenha que conhecer e respeitar a diversidade, além de promover sensibilização e inclusão de todos no processo educativo. Para que a escola seja um espaço comprometido com a aprendizagem, mais do que modificar as práticas pedagógicas, é preciso modificar a maneira de compreender e construir o processo de ensino e aprendizagem.

Luckesi (2011, p.209), corrobora citando que “a assimilação dos conteúdos escolares se dá pela recepção da informação e por sua assimilação ativa, por meio de

exercícios que organizam a experiência e formam as habilidades e os hábitos” defende a importante ideia da intencionalidade que deve existir no ato pedagógico e aponta os professores na centralidade desses atos.

Para tanto, é dever do professor proporcionar ao aluno atividades pedagógicas que promovam a reflexão, o pensar e que visem desenvolver a capacidade de analisar problemas, abstrair fatos, formular ideias e expressá-las, seja oralmente dando vez e voz aos alunos por seminários ou debates, seja pela escrita exigindo planejamento e organização do texto ou pela expressão corporal com atividades lúdicas, cênicas ou esportivas. O aluno aprende quando é capaz de dar significado. Assim, os conceitos cotidianos estabelecidos anteriormente, sofrem significativo incremento com as atividades que exigem trabalho com os conceitos sistematizados, fundamentais para o desenvolvimento do pensamento teórico. Outro aspecto relevante, se refere à escolha das competências e habilidades a serem desenvolvidas, com a elaboração de atividades desafiadoras e motivadoras para que desperte a realização pelos alunos e conseqüentemente se tornem momentos de aprendizagem e elaboração/apropriação de conceitos científicos.

A autoavaliação, processo fundamental quando queremos a formação de alunos protagonistas, críticos e criativos. Desta forma, levar o aluno a refletir sobre o que e como aprendeu, contribui para que o professor possa planejar ou replanejar suas práticas pedagógicas, a fim de reconduzir no rumo dos resultados esperados. Assim, a autoavaliação pode ser recíproca, pois ambos, professor e aluno repensam suas ações e a aprendizagem efetiva.

Terceiro momento, esse realizado somente com a equipe escolar (equipe pedagógica, equipe administrativa, professores e gestão) para analisar o processo de ensino e aprendizagem do trimestre em questão com registro para posterior postagem no SISGESC da unidade escolar. Para tanto, é considerado como acontece na sala de aula o fazer pedagógico e a avaliação, podendo assim, ser traçados quando necessário novos caminhos que expressem o compromisso e a qualidade do trabalho com objetivos de enriquecimento no processo pedagógico.

É importante registrar que, na sequência, vem o quarto momento tendo como responsável pelas questões pedagógicas a assessora de direção e supervisora, para tanto, organizou-se um cronograma para atendimento individual de todos os professores para orientação e feedback da situação colhida durante o primeiro momento apresentada pelos alunos, cito aqui alguns exemplos para conversa: dificuldades evidenciadas de gestão de

sala de aula, necessidades de adequação das metodologias e adaptações curriculares para os alunos portadores de deficiências com intervenção contínua de aprendizagem, bem como elogios de suas práticas pedagógicas.

O professor prático-reflexivo, nesse sentido, é aquele profissional que consegue tornar sua prática, seu fazer, objeto de estudo e investigação. A ação pedagógica é fonte de produção de conhecimento na medida em que consegue dialogar com os saberes elaborados, sejam eles de cunho técnico ou de fundamentação, por meio do processo de reflexão sobre o fazer e no fazer (Favéro e Tonieto, 2010, p. 64).

Portanto, a equipe pedagógica deve incentivar o professor a ser reflexivo, pensar sobre as ações, ou seja, repensar sua práxis. Diante desse quadro, quando um aluno não compreende um conteúdo, a responsabilidade não é só dele, mas de toda a equipe escolar. Os educadores precisam lembrar constantemente que nem sempre todos os alunos da turma compreendem os conteúdos apresentados e, por isso, é necessário criar estratégias para que todos aprendam. Para o trabalho refletir no estudante, o coordenador pedagógico tem papel fundamental como articulador de todo um processo de organização do trabalho educativo escolar, de acompanhar o professor em suas atividades de planejamento, fornecer subsídios para atualizarem-se e aperfeiçoarem-se constantemente.

Vale lembrar que existe toda uma estrutura do sistema associada à burocracia na qual o professor se vê envolvido: o acúmulo de atividades, a quantidade de alunos em sala, a falta de estudo, enfim, um conjunto de situações que acabam por envolver a rotina da escola. Atualizar-se constantemente, desafiar-se diariamente, trocar experiências e saberes são estratégias que professores não podem ignorar em função do contexto da educação vigente. Aliar metodologias de trabalho que venham fazer a diferença na prática pedagógica através dos momentos de investigação/tematização e proposição, oportuniza a todos os atores contribuições que enriqueçam o trabalho coletivo.

É preciso salientar que, os registros gerados nas reuniões de conselho de classe ficam disponíveis para acompanhamento da equipe gestora e dos professores das turmas, a fim de verificarem a evolução ao longo do ano letivo. Nas atas dos conselhos, registradas durante a reunião, é disponibilizada a descrição mais detalhada das discussões realizadas, dos encaminhamentos construídos, e dos responsáveis pela ação na turma. Também os principais pontos são retomados para a avaliação das ações realizadas no próximo trimestre, a fim de verificarem o que deu certo e o que não deu e realinhar o que for necessário com encaminhamentos e as providências e seus responsáveis. Esta ata é impressa e disponibilizada para assinatura de todos os participantes da reunião pais, alunos,

professores e equipe pedagógica e gestora.

Para o quinto momento, acontece o retorno à sala de aula pelo assessor de direção ou coordenador pedagógico para possíveis orientações salientadas pelo conselho de classe aos alunos, esse momento torna-se um espaço de reflexão em que se propõe ações pedagógicas, a fim de resolver as necessidades e as dificuldades mencionadas no processo de ensino e aprendizagem dos alunos para o próximo trimestre. O último momento acontece intitulado Plantão Pedagógico, onde professores de turma ficam à disposição de cada pai, mãe e/ou responsável para apontamentos do processo de ensino e aprendizagem.

Neste contexto, no conselho de classe, trabalhar em grupo durante o momento, é primordial porque com a interação entre os membros da equipe é possível construir um significado do quanto é relevante a dimensão da construção social do pensamento e do raciocínio em contextos de discussão sobre a avaliação dos alunos. Assim, o objeto do discurso é compartilhado entre os participantes durante as interações verbais, com objetivo de ponderar, aconselhar, orientar, propor e discernir as melhores intervenções com possibilidades de soluções para o próximo trimestre.

Diante disso, entende-se que todo o processo implica em compartilhar ações de forma descentralizada, para atender demandas emergenciais da escola elencadas em todas as dimensões com representatividade da gestão e seus colegiados possibilitando o desenvolvimento pedagógico e administrativo no sistema de ensino. Concomitante a isso, permitir que o desenvolvimento humano se consolide dentro de uma escola que se constitui diariamente com trabalho colaborativo, com a gestão democrática e a participação efetiva de todos com ambiente de discussão e tomada de decisão no coletivo, promoverá consequentemente ganhos no processo de aprendizagem dos alunos.

Para tanto, o Conselho de Classe como instância avaliativa promotora do desenvolvimento e da aprendizagem, deve promover a participação de todos, ser um espaço de reflexão e estudo sobre as práticas avaliativas, auxiliar o professor em seu cotidiano a fim de que este reorganize sua ação pedagógica, assumindo o compromisso com a aprendizagem de todos, criando momentos/espços de intervenção intensificada e diferenciada, buscando novas ou redimensionando outras formas de inserir os sujeitos como co-responsáveis pelo desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa desenvolvida tratou de analisar o papel do conselho de classe na avaliação dos alunos. Para tanto, foram analisados documentos oficiais que regulamentam a gestão democrática e o Conselho de Classe nas escolas. São documentos oficiais aprovados pelo Ministério de Educação e pelo Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina que estão de acordo com as leis norteadoras da educação. Em todos esses documentos fica claro que o Conselho de Classe é uma instância de avaliação do trabalho pedagógico escolar.

Ao revisitar os documentos oficiais que regulamentam a gestão democrática nas escolas públicas, observa-se que a orientação legal se encontra inicialmente na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, tendo a sua observação mantida nas políticas educacionais publicadas posteriormente, como na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, assim como no Plano Nacional de Educação, nos Estaduais e Municipais. No estado de Santa Catarina, embora represente a política de governo, o decreto nº 1.794/2013 abriu caminho para uma gestão mais democrática e possibilitou que as escolas retomassem o seu direito de participação na escolha de gestor escolar, neste caso, em decorrência da aprovação do Plano de Gestão Escolar-PGE, destacando o reconhecimento da importância de seus colegiados. No entanto, o decreto sofreu sucessivas modificações e, em 2019, foi substituído pelo decreto nº 194/2019 (Santa Catarina, 2019) e pelo decreto estadual nº 273/2023, que atualmente, regulamenta a gestão democrática nas escolas pertencentes à rede estadual de ensino de Santa Catarina.

No estudo realizado sobre a gestão democrática nas escolas estaduais em relação ao Projeto Político-Pedagógico e em atas das reuniões do Conselho de Classe do primeiro, segundo e terceiro trimestres de turmas, objetivava compreender a organização do Conselho de Classe, analisando os diferentes olhares avaliativos sobre um mesmo aluno realizados por vários professores, bem como, a participação da comunidade escolar nos momentos. Azanha (1995,p.24) aponta que, só a escola, com seu diretor, seu corpo docente, seus funcionários, suas associações de pais têm que examinar sua própria realidade específica e local: fazer um balanço de suas dificuldades e se organizar para vencê-las.

No transcorrer deste estudo, através da pesquisa documental em termos normativos, está fundamentado e regulamentado, minuciosamente, seu funcionamento como instância da avaliação coletiva e praticada pelas três escolas pesquisadas da Coordenadoria Regional de Concórdia. Existem várias maneiras de organizar o Conselho de Classe em uma escola, na

perspectiva de reconhecê-lo como espaço de construção da aprendizagem e reorganização do trabalho pedagógico. Cada unidade escolar expressa uma forma de organização que atende as necessidades pedagógicas da realidade da comunidade escolar. A partir da execução, a escola precisa descobrir qual é a melhor forma, sem perder de vista que a aprendizagem e o trabalho coletivo são essenciais para o fortalecimento da escola como espaço de construção de uma cidadania democrática.

Aliados ao processo democrático, pode-se observar como é desafiador o dia a dia de um gestor escolar, necessitando estar sempre atento e acompanhando os projetos e atividades diferenciadas propostas pela equipe pedagógica da escola. Vale destacar que o tempo na instituição é insuficiente e o gestor da escola tem como desafio construir na escola um processo de participação baseado em relações de cooperação, no trabalho coletivo e no partilhamento do poder com a coordenação pedagógica e a equipe docente, para atender os pais, alunos, instâncias democráticas da escola, equipe da coordenadoria regional da educação, exercitando a pedagogia do diálogo, do respeito às diferenças, garantindo a liberdade de expressão, a vivência de processos de convivência democrática a serem efetivados no cotidiano em busca da construção de projetos coletivos para mudanças significativas no ensino.

Reconhecer o Conselho de Classe Participativo como espaço propiciador do trabalho coletivo, auxilia na construção das relações cotidianas, rompe com o isolamento e o individualismo, promove a descentralização de poder, facilita a comunicação e contribui com o fortalecimento do grupo, tornando todos responsáveis pelo bom funcionamento do trabalho pedagógico, uma vez que as decisões são discutidas no coletivo e as ações são planejadas por todos.

Compreender o significado do CCP, viabilizando a participação plena da comunidade bem como da equipe escolar, visto que, deve abranger a representatividade de todos os segmentos da instituição com o intuito de deliberar soluções diante dos problemas, efetivando assim a corresponsabilidade de todos os educacionais de contribuir para que a escola cumpra a sua função social, a função na avaliação escolar e sua importância no processo ensino e aprendizagem.

A consolidação do Conselho de Classe Participativo como um momento rico, precisa ser entendido pelas escolas como momento de análise do processo de ensino e aprendizagem, que leve os professores a rever suas ações na perspectiva da reflexão pedagógica que possa contribuir para um melhor aproveitamento que interfira na organização do trabalho pedagógico da escola com comprometimento da aprendizagem e a

avaliação formativa, que insira o aluno nas discussões pedagógicas, percebendo-o como sujeito de sua formação e espaço para formar cidadãos autônomos, criativos e participativos.

O conselho de classe realizado nas escolas sempre foi motivo de inquietação, pois professores reuniam-se para discutir o processo educativo como detentores do saber, excluindo-se de qualquer responsabilidade no ensino e aprendizagem. Os culpados ou a vítima eram sempre o “aluno não estuda ou é indisciplinado”, a “família é negligente”, essas inquietações levaram a mudanças de organização na escola “C”.

Nesse contexto, há de se observar os caminhos apontados na construção coletiva das etapas do Conselho de Classe Participativo e incluídos no Projeto Político Pedagógico da escola. A metodologia adotada para a realização do Conselho de Classe Participativo contou com variados momentos: 1º momento: Pré Conselho, alunos e equipe pedagógica; 2º momento: Conselho de Classe Participativo, participação de todos os segmentos; 3º momento: Conselho de Classe, participação equipe pedagógica, administrativa, professores e gestão; 4º momento: responsável pelas questões pedagógicas a assessora de direção e supervisora realização de atendimento individual para professores com conversa, análise, orientação e feedback da situação apresentada pelos alunos; 5º momento: retorno à sala de aula pelo assessor de direção para possíveis orientações salientadas pelo conselho de classe aos alunos; 6º momento Plantão Pedagógico onde professores de turma ficam à disposição de cada pai, mãe e/ou responsável para apontamentos do processo de ensino e aprendizagem. Todos os apontamentos são registrados em atas e/ou em fichas assinadas pelos participantes desse momento e rubricadas pela gestão e anexadas em uma pasta específica do Conselho de Classe.

Durante a organização dos momentos, tivemos as contradições vividas no cotidiano da escola pesquisada, expressando que o Conselho de Classe ainda não é totalmente compreendido como um todo, um momento ímpar na organização do trabalho pedagógico, nem como espaço de reflexão que oportuniza um caráter dialógico e interativo. Alguns professores do grupo, num confronto de ideias ainda hierarquizam as disciplinas, definindo as de maior status e prestígio, aceitam timidamente as sugestões dos segmentos participantes devido às relações de “poder” que podem influenciar na tomada de decisões, práticas essas que reforçam a exclusão da avaliação formativa a serviço da aprendizagem de todos. Diante do fato, a equipe pedagógica argumentou que, o objetivo do conselho de classe não é julgar o comportamento dos alunos, mas compreender que ambos tivessem a oportunidade de realizar uma reflexão sobre as práticas pedagógicas e o comprometimento

do aluno com sua vida escolar para, quando necessário, propor as intervenções adequadas, na perspectiva da avaliação formativa, uma vez que foi possível constatar, que esse momento oscila entre a perspectiva classificatória e a formativa, apesar dos documentos trazerem explícito a formativa.

Propiciar durante as etapas do Conselho de Classe aos alunos momentos de exporem os seus pensamentos e discuti-los no grupo, possibilita oportunidades de observarem suas tarefas com novos olhares, de forma a construir novos significados, permitindo a partir de debates uma perspectiva crítica das práticas discursivas da escola e sua relação com o cotidiano escolar e com a sociedade.

Enquanto ação intencional e planejada, o conselho de classe se constitui na mobilização de um conjunto de sujeitos em torno do processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, implica igualmente que se tenha clareza quanto aos limites e possibilidades que a dimensão do trabalho coletivo nos impõe, todos devem estar comprometidos com a qualidade educacional, como responsáveis por resultados, fracassos, êxitos, bem como análise dos resultados, problemas levantados e metas de solução a serem seguidas.

Enaltecendo o ato de avaliar, Luckesi (2013) pontua que, a avaliação da aprendizagem exige que ela seja um instrumento auxiliar da aprendizagem e não um instrumento de aprovação ou reprovação dos alunos, partindo da avaliação diagnóstica registrada pelo professor, com a finalidade de verificar os conhecimentos que os alunos têm, bem como os pré-requisitos que possuem e as suas particularidades para posterior elaboração da proposta de trabalho pedagógico. Então, o Conselho de Classe passa a ter um papel fundamental, pois é durante a realização dele que pode ser feita uma reavaliação do trabalho pedagógico, trocas de experiências das estratégias avaliativas para os alunos, análises dos diagnósticos com a finalidade de avaliar a evolução formativa do aluno, para que coletivamente determinam-se objetivos que tenham possibilidades de suprir as dificuldades encontradas para o avanço do processo de ensino e aprendizagem do estudante.

É relevante destacar que o conselho de classe participativo, é um dos caminhos para a gestão democrática da escola, pois este tem a função da contribuição e participação da família na escola, apesar da tímida participação dos pais no primeiro trimestre teve um crescimento considerável em relação há anos anteriores, principalmente no ensino fundamental anos iniciais e finais, já no ensino médio devido ao fato de alguns alunos serem maiores de 18 anos a participação foi baixa.

A falta de participação dos pais problematiza a importância do novo gestor escolar

(gestão 2024-2027) resgatar, oferecendo momentos de participação democrática para a concretização do bem comum da escola. A luta pela participação deve ser constante que, conforme Souza (2009, p. 126), tem por base o diálogo, a alteridade e a “participação efetiva de todos os segmentos da comunidade escolar, o respeito às normas coletivamente construídas para os processos de tomada de decisões e a garantia de amplo acesso às informações aos sujeitos da escola”.

Sobre uma gestão democrática, vale ressaltar a abertura para inovações pedagógicas, planejamento estratégico e monitorado, busca de parcerias que ampliem ambientes e espaços de aprendizagem, delegar funções ao grupo com orientação e motivação, demonstrar confiança aos professores e ao seu engajamento com as atividades planejadas no coletivo. É fundamental buscar a participação dos pais não só no momento do conselho, mas em todas as ações que a escola desenvolve contribuindo para a definição de um projeto de educação e sobre como efetivá-lo na prática, envolvido por um processo de avaliação contínua das ações implementadas. Nos Conselhos de Classe Participativos, dar voz e vez para os segmentos da comunidade participarem contribui para ações assertivas na gestão da escola valorizando os sujeitos que a ela pertencem, neste caso os professores, os estudantes e os pais a fim, da execução da avaliação como forma de melhorar o processo de ensino e aprendizagem na escola, seja ele cognitivo, social e emocional do estudante.

Sendo assim, enquanto assessora participante da nova metodologia de CCP, concluo a importância do acompanhamento da evolução da aprendizagem pela família, a avaliação a serviço da aprendizagem de todos - professores e alunos - compartilhando responsabilidades, necessidades, sucessos, valorizando experiências e interações, impulsionando mudanças, redescobrimo e transformando o espaço e a cultura da escola, experiência que, com certeza, podemos reavaliá-la e ampliá-la com novas propostas a cada execução oportunizando aprendizagens enquanto profissional da educação

Uma Gestão Escolar Democrática impulsiona a participação coletiva, que, ao se efetivar, contribui especialmente para os momentos de discussão, reflexão e tomada de decisão, envolvem desde a implementação do processo de escolha de diretores escolares, além da participação de todos os segmentos da comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico, na definição da aplicação dos recursos recebidos pela escola, a participação efetiva no conselho de classe participativo, na implementação dos projetos desenvolvidos, na integração da equipe nos trabalhos pedagógicos e a identificação das propostas educacionais por todos que atuam no espaço educativo, contribuindo na oferta do

ensino de qualidade e com equidade.

REFERÊNCIAS

- AQUINO, J. G. **A violência escolar e a crise da autoridade docente**. Campinas, SP. Disponível em: [http:// www.scielo.br/scielo.php](http://www.scielo.br/scielo.php). Acesso em: 17 jun. 2024.
- AZANHA, J. M. P. **Educação: temas polêmicos**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BORDENAVE, J. E. D. **O que é participação**. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983. BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 9 dez. 2023.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, DF, 2004c. (Caderno 4).
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Conselhos Escolares: gestão democrática da educação e escolha do diretor**. Brasília, DF, 2004c. (Caderno 6).
- CONSÁLTER, E.; FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. A formação continuada de professores a partir de três perspectivas: o senso comum pedagógico, pacotes formativos e a práxis pedagógica. **Educação em Perspectiva**, Viçosa, v. 10, p. 1-14, 2019.
- DALBEN, A. I. L. de F. **Conselhos de classe e avaliação: perspectivas na gestão pedagógica da escola**. São Paulo: Papirus, 2004.
- DALBEN, A. I. L. de F. **O papel dos conselhos de classe no processo avaliativo**. 2014. Disponível em: <http://www.educacaotiete.sp.gov.br/wp-content/uploads/2014/11/O-papel-do-Conselho-de-Classe-no-processo-avaliativo.pdf>. Acesso em: 4 fev. 2024.
- DALBEN, A. I. L. de F. **Trabalho escolar e conselho de classe**. Campinas/SP: Papirus, 1992.
- DAMIANI, M. F. **Entendendo o trabalho colaborativo em educação e revelando seus benefícios**. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n31/n31a13.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.
- DEMO, P. **Participar é conquista: noções de política social**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- FÁVERO, A. A.; TONIETO, C. **Educar o educador: reflexões sobre a formação docente**. Campinas: Mercado de letras, 2010.
- GATTI, B. A formação de professores no Brasil: características e problemas. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/16.pdf> . Acesso em jun. 2024
- GINO, J. C. de S. A. Qualidade e equidade na gestão democrática da escola pública brasileira. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 14, n. 31, p. 33-49, 2019.

LIBÂNEO, J. C. **Práticas de organização e gestão da escola**: objetivos e formas de funcionamento a serviço da aprendizagem de professores e alunos. 2015. p. 1-25. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/11022015_jose_carlos_libaneo_i.pdf. Acesso em: 11 fev. 2024.

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar**: teoria e prática. 5. ed. Goiânia: Editora alternativa, 2004.

LIBÂNEO, J. C. **Democratização da escola pública**: a pedagogia crítico social dos conteúdos. São Paulo: Loyola, 2001.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar estudos e proposições**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. C. *Verificação ou Avaliação: o que pratica a escola?* Série Ideias (8): 71-80. Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 1990. Disponível em: http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/ideias_08_p071-080_c.pdf . Acesso em: 28 jun. 2024.

LUCKESI, C. C. **Sobre Notas Escolares Distorções e Possibilidades**. 1 ed. São Paulo: Cortez, 2014.

LIMA, Licínio C. **Desafios da democratização da escola**. Encontro DMP. ENPROF - informação e comunicação. Coimbra, 2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=5xTuitAqSj0>. Acesso em: 12 jul. 2024.

LIMA Licínio C. *A Gestão Democrática das Escolas*: ao autogoverno à ascensão de uma pós democracia gestonária? Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/smG9JRgD8PjyNyMyZMRXf7H/?format=pdf>. Acesso em 26 jun. 2024.

PALU, J.; PETRY, O. J. Trajetória histórica da gestão das escolas públicas estaduais de Santa Catarina: pontos e contrapontos. **Roteiro**, Joaçaba, v. 45, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-60592020000100506. Acesso em: 14 fev. 2024.

PARO, V. H. **Gestão da Escola Pública**: a Participação da Comunidade. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Gestao-da-escola-publica-a-participacao-da-comunidade.pdf> . Acesso em 19 jun.2024

PARO, V. H. **A gestão da educação ante as exigências de qualidade e produtividade da escola pública**. São Paulo: Vozes, 1998.

PARO, V. H. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2007.

PARO, V. H. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2008.

PIMENTA, S. G. **Questões sobre a organização do trabalho na escola**. 1993. p. 78-83.

Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/333614079_Questoes_Sobre_a_Organizacao_do_Trabalho_na_Escola. Acesso em: 26 dez. 2023.

PPP da Escola A. Concórdia/SC, 2023.

PPP da Escola B. Concórdia/SC, 2023.

PPP da Escola C. Concórdia/SC, 2023.

RABELLO, E.; PASSOS, J. S. **Vygotsky e o desenvolvimento humano**. Disponível em:

<https://josesilveira.com/wp-content/uploads/2018/07/Artigo-Vygotsky-e-o-desenvolvimento-humano.pdf>. Acesso em: jun. 2024.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina síntese teórica e práticas pedagógicas**. Florianópolis: COGEM, 2000.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação. **Plano Estadual de Educação de Santa Catarina: decênio 2015-2024: fundamentação legal, histórico dos planos e análise situacional**. Florianópolis: SEE, 2015b.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação e do Desporto. **Proposta Curricular de Santa Catarina: Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio: Temas Multidisciplinares**. Florianópolis: COGEM, 1998.

SARTORI, J.; MARCON, T. Da Supervisão Educacional à Coordenação Pedagógica: Tensões entre regulação e emancipação. **Revista Imagens da Educação**, v. 11, n. 3, p. 110-135, 2021.

SOUZA, A. R. de. Explorando E Construindo Um Conceito De Gestão Escolar Democrática. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, v.25, n.03, p.123-140, 2009. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/edur/a/fF53XWVkxxbhpGkqvckvKH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: mai. 2024.

VYGOTSKY. L.S. **Formação social da mente**. Martins Fontes. São Paulo. 1994.